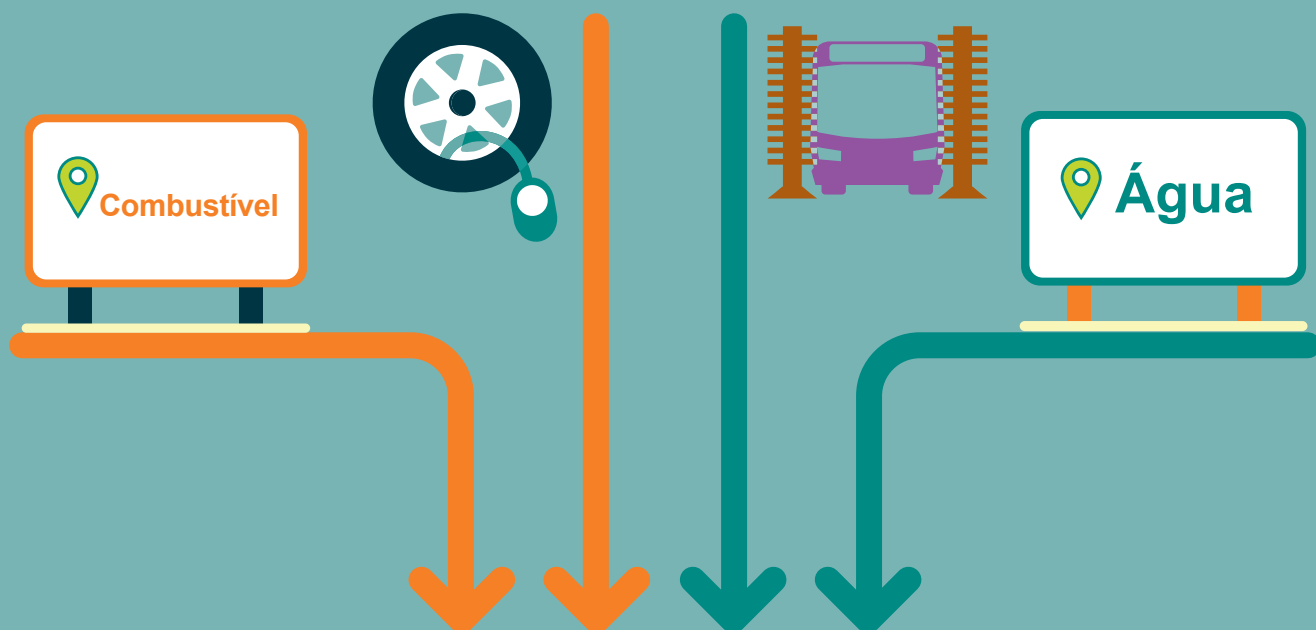




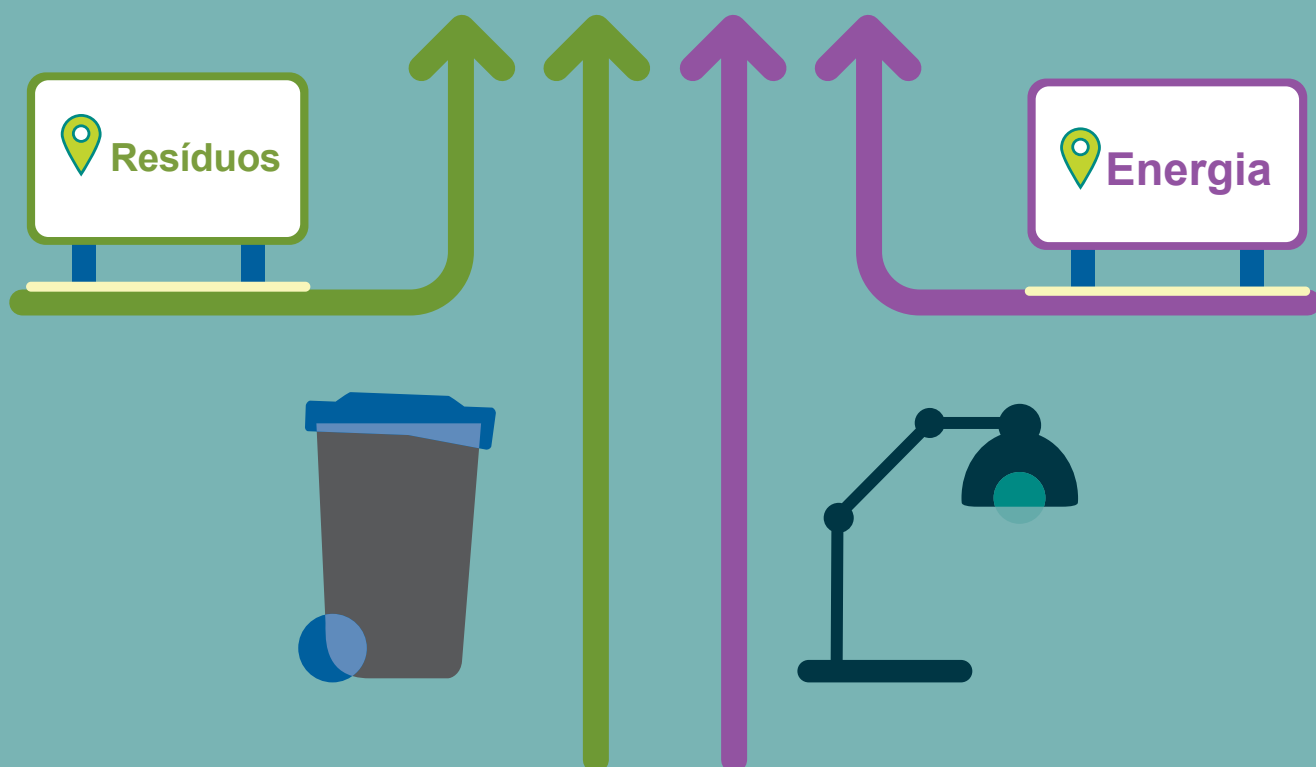
# RELATÓRIO & CONTAS 2015

*ANNUAL REPORT*



JUNTOS CONSEGUIMOS AJUDAR A TST A ALCANÇAR:

Destination  Green



# ÍNDICE CONTENTS

1	Orgãos Sociais / Board of Directors	1
2	Relatório do Conselho de Administração / Board of Directors Report	
1.	Atividade do Ano / Business during the year	4
2.	Perspetivas Futuras / Future Prospects	10
3.	Referências / Mentions	11
4.	Proposta de aplicação de Resultados / The Proposed Appropriation Of Profits	11
3	Demonstrações Financeiras / Financial Statements	
1.	Balanço / Balance Sheet	13
2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas / Income Statement	15
3.	Demonstração das Alterações no Capital Próprio / Equity Statement	17
4.	Demonstração de Fluxos de Caixa / Cash Flow Statement	19
4	Anexo às Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	21
5	Anexos	43



1

# Orgãos Sociais

*Board of directors*

# 1 | Orgãos Sociais

*Board of directors*

RELATÓRIO &  
CONTAS 2015  
*ANNUAL REPORT*



## ASSEMBLEIA GERAL *GENERAL ASSEMBLY*

José Manuel Nunes Pacífico  
*Presidente Chairman*

Célia Maria Sousa Cordeiro da Conceição Barradas  
*Secretário General Secretary*

Antero dos Santos Monteiro  
*Secretário Suplente Substitute Secretary*

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO *BOARD OF DIRECTORS*

Marco Giovanni Piuri  
*Presidente Chairman*

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio  
*Vogal Board Member*

José Manuel de Sá Guimas  
*Vogal Board Member*

Luís de Almada Guedes Machado  
*Vogal Board Member*

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos  
*Vogal Board Member*

## FISCAL ÚNICO *AUDITORS*

PricewaterhouseCoopers e Associados SROC, Lda

Representada por  
João Rui Fernandes Ramos  
ou Jorge Manuel Santos Costa

José Manuel Henriques Bernardo  
*Suplente Substitute*





2

# Relatório do Conselho de Administração

*Board of directors report*

# 2 | Relatório do Conselho de Administração

## Board of directors report

RELATÓRIO &  
CONTAS 2015  
ANNUAL REPORT

### 1 | ATIVIDADE DO ANO

O ano de 2015 foi marcado por uma ligeira melhoria da condição macroeconómica portuguesa num quadro de condições de financiamento relativamente favoráveis. De acordo com a mais recente estimativa do Instituto Nacional de Estatística (INE), para o conjunto do ano 2015, o PIB registou um aumento de 1.5% em volume, após um crescimento de 0,9% em 2014, acompanhado de uma melhoria no mercado laboral expresso na ligeira redução da taxa de desemprego para 12.4% (13.9% em 2014).

Portugal obteve uma saída limpa do Programa de Assistência Económica e Financeira, num quadro de consolidação das contas portuguesas suportada pelo crescimento das exportações e por alguma recuperação da procura interna após três anos consecutivos de retração. No entanto, em ano de eleições gerais, foram mantidas as medidas de austeridade com impacto quer ao nível da receita (continuação da elevada carga fiscal), quer da despesa (redução do investimento público).

No sector dos transportes, após o anterior Governo ter concluído o processo de abertura a privados da concessão dos transportes do Porto, iniciado em 2014, e o processo relativo aos transportes de Lisboa, iniciado em fevereiro de 2015, o novo Governo decidiu anular em Conselho de Ministros, no início de 2016, a subconcessão dos transportes públicos de Lisboa e Porto a privados com base na falta de visto prévio do Tribunal de Contas.

No passado dia 8 de agosto de 2015, por força da entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho ("Lei 52/2015"), que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros ("RJSPTP"), foi revogado o RTA (Regulamento de Transportes em Automóveis), de 1948. O novo RJSPTP, enquadra o Serviço Público de Transporte de Passageiros no contexto europeu (Regulamento (CE) n.º 1370/2007). Entre outras alterações, este novo diploma, visa reforçar as competências das autarquias locais na área dos transportes. O poder de atribuir concessões e outorgar contratos é transferido para as áreas metropolitanas, no

### 1 | BUSINESS DURING THE YEAR

2015 saw a slight improvement in Portugal's macroeconomic situation, against a background of relatively favourable funding conditions. According to the latest estimate from the Portuguese Statistics Institute (INE in the original Portuguese), GDP rose 1.5% in 2015, following on from a 0.9% increase in 2014, and there was good news regarding the labour market with a slight reduction in unemployment to 12.4% (13.9% in 2014).

Portugal managed a clean exit from the Economic and Financial Assistance programme (bailout), having consolidated the country's accounts with higher export figures and some recovery in terms of domestic demand after three years in a row of a downward spiral. However, in a year with general elections, the austerity measures were continued, impacting on revenues (continued high tax burden) and spending (lower government investment).

In the transport sector, after the previous government concluded the privatisation of the public transport companies in Oporto, (bus and metro) which was begun in 2014, and the progress in the privatisation of the Lisbon bus and metro companies, begun in 2015, the new government's cabinet decided to cancel the sub-concession of all four companies, on the grounds that there was no Audit Court authorisation to do so.

The 1948 Automobile Transport Regulation (ETR) was revoked on 8 August 2015 with the introduction of Law 52/2015 of 9 June ("Law 52/2015") that approved the Legal System for the Public Service of Passenger Transport ("RJSPTP" in the original Portuguese). The new RJSPTP, governs the Public Service of Passenger Transport in the European context (CE regulation 1370/2007). Among other changes, this law bolsters the powers of local authorities regarding the transports area. The power to award concessions and grant contracts is transferred to the metropolitan areas, in the case of inter-municipal transports, and to the municipalities, in the case of transports that are limited to their geographic area.

caso dos transportes intermunicipais, e para os municípios, no caso dos transportes que se desenvolvem integralmente na respetiva área geográfica de jurisdição.

Continua em aberto o diferendo que separa os operadores privados e o Estado sobre o cálculo da receita comercial dos anos 2013, 2014 e 2015 com base nos dados resultantes do sistema de bilhética. A portaria 241-A/2013, publicada em 31 de julho de 2013, regula o sistema de passes multimodais como parte da obrigação de prestação de serviço público e define as regras relativas à compensação financeira a atribuir por esta imposição tarifária.

O Despacho 8946 -A /2015 que determina o critério de atribuição das compensações dos passes multimodais, estabelecendo um limite ao número de validações pagas, foi objeto de contestação em Tribunal por parte da TST.

Apesar da ligeira melhoria da situação económica do País, esta não se fez sentir ainda na mobilidade dos agentes económicos, tendo a empresa transportado menos 302 mil passageiros (0.9%) do que no ano anterior. Apesar da ligeira quebra verificada, registou-se um crescimento dos passageiros nos títulos de venda a bordo e pré-comprados. Isto é resultado em parte, das diversas campanhas de promoção no preço dos bilhetes de bordo, e da alteração dos hábitos de mobilidade dos passageiros decorrentes da situação económica do País no geral e das empresas e trabalhadores em particular.

O baixo valor esperado para a taxa de inflação em 2014 levou a que o Governo optasse por não efetuar o habitual aumento tarifário no início de janeiro. Este facto associado à evolução da procura levou a que as receitas da prestação de serviço público, no ano de 2015, fossem inferiores em 0,9% face ao ano anterior.

Na área comercial verificou-se um ligeiro decréscimo de 1,3% face ao ano anterior, explicada essencialmente pela redução nos serviços ocasionais (menos 5,8% face ao ano anterior). Nos serviços de transporte de trabalhadores a empresas, destaque para o novo contrato com a Visteon, que contribuiu para o ligeiro aumento verificado de 0.4% nos serviços fixos a empresas. Apesar da quebra verificada nos serviços ocasionais, a continuação da prática de preços concorrenciais sem descuidar os níveis de rentabilidade, permitiu à empresa aumentar o seu proveito/quilometro em 3.3% face ao ano anterior.

Ao nível da oferta de serviços, a análise dos dados recolhidos sobre a procura, sustentada pelo sistema de bilhética sem contacto e na análise económica de carreiras, permitiu à empresa realizar alguns ajustamentos em momentos distintos no ano, tendo reduzido a oferta num total de 350 mil kms (menos 1.6%).

*The dispute between state and private operators regarding the calculation of ticket sales for 2013, 2014 and 2015, based on the figures from the ticketing system, is still unresolved. Ordinance 241-A/2013 published on 31 July 2013 regulates the multimodal pass system as part of the public service obligations and defines the rules regarding the financial compensation to be attributed for this fare imposition.*

*TST contested Order 8946-A/2015 that determines the criteria to attribute the multimodal pass compensation and that establishes a limit to the number of paid validations, in court.*

*Despite the slight improvement in the country's economic situation, this has not led to an increase in passenger numbers and the company carried 302,000 fewer passengers (0.9%) than the year before. Despite this slight drop in passenger numbers, there was an increase in tickets sold on board and in pre-paid tickets. This was partly due to various campaigns promoting the price of on-board ticket prices, the alteration in passenger mobility habits because of the economic situation in the country in general, and of companies and workers in particular.*

*The low inflation rate expected in 2014 led the government to decide not to conduct the usual fare increase at the beginning of January. This fact, associated with the trend in demand meant that income from providing public service in 2015 was 0.9% lower than the year before.*

*The Private Hire area saw a slight drop of 1.3% compared with the year before, mainly due to a reduction in occasional services. In the transport service for company workers, one highpoint was the new agreement with Visteon, which contributed towards the slight 0.4% increase seen in fixed services for companies. Despite the drop in occasional services, the continued practice of competitive prices, while not overlooking profitability levels, allowed the company to increase its revenue/kilometre by 3.3% compared with the year before.*

*In terms of the services provided, an analysis of the data gathered about demand, provided by the contactless ticketing system and an economic analysis of the routes, enabled the company to make some changes during the year to reduce the supply by 350,000 kms (1.6% less).*





A empresa concluiu um processo de reorganização interno que determinou a criação de duas Direções Operacionais (Setúbal e Moita) onde foram incorporadas a gestão das áreas operacionais e de manutenção existentes nas duas áreas geográficas em questão. Esta reorganização visou a reestruturação e adequação do efetivo e a obtenção de sinergias e ganhos de eficiências na gestão de algumas atividades de suporte ao negócio.

Na área da manutenção, a empresa investiu na substituição de um conjunto de equipamentos que visam essencialmente a redução do consumo de eletricidade e o reaproveitamento de 70% da água da lavagem de autocarros e o respetivo tratamento da água. Destacamos ainda o reforço do Eco-TST com a aquisição de 113 novos equipamento, do qual se estima um benefício com a redução de consumo do gasóleo equivalente a 50 mil litros/ano.

Na área de aprovisionamentos, e no âmbito da gestão da qualidade, foram alterados alguns processos internos tendo sido reformulado o processo de avaliação de fornecedores e criados novos processos nomeadamente o Bloqueio de Fornecedores e a Monitorização das Compras.

No âmbito do fornecimento de peças, em colaboração com a manutenção, foram realizados vários concursos nacionais, tendo-se obtido reduções de preço na ordem dos 9% e poupanças na ordem dos 100 mil euros.

Na área de serviço ao cliente, importa destacar o sucesso da implementação do Portal Viva junto das escolas cuja promoção e divulgação teve início em maio 2014. No final do ano o Portal Viva estava presente em cerca de 50 escolas, pertencentes a vários Municípios da Península de Setúbal.

A venda de títulos em ATM, uma alternativa disponível para os títulos de transporte mensais desde junho 2013, continua a revelar taxas de crescimento interessantes o que revela a apetência dos consumidores por propostas de valor que vão ao encontro das suas necessidades.

A linha telefónica de apoio ao cliente, com um número próprio (707 508 509), iniciou a sua atividade no final de 2014. Apesar das dificuldades decorrentes da racionalização de meios humanos, foi possível manter este sistema em funcionamento em 2015, tendo registado um total de cerca de 9000 chamadas, o que atesta bem a utilidade deste canal de comunicação.

O sistema de informação ao público constitui um dos alicerces da nossa atividade, sem o qual não é possível manter os atuais clientes ou captar novos utilizadores.

*The company concluded its internal reorganisation process that involved creating two Operating Departments (Setúbal and Moita), which incorporated the operation and maintenance area management in those two geographic areas. This reorganisation aimed to restructure and adapt the number of employees and obtain synergies of efficiency in the management of some business support areas.*

*In the maintenance area, the company invested in replacing a series of equipment in order to reduce electricity consumption and reuse 70% of the water used to wash the buses and the respective water treatment. We should also stress the expansion of Eco-TST with the acquisition of 113 pieces of equipment, which, we estimate, will allow us to reduce diesel consumption by about 50,000 litres a year.*

*In the procurement area, and under the scope of quality management, some internal processes were altered and we reformulated the supplier assessment process and created new processes such as Supplier Blocks and Purchases Monitoring.*

*Regarding parts supplies, several national calls for tenders were launched in collaboration with the maintenance area, leading to price reductions of around 9% and savings of about €100,000.*

*In the customer service area, it is important to stress the successful implementation of the Viva Portal for schools that we started promoting and advertising in May 2014. By the year's end, the Viva portal was present in about 50 schools belonging to various municipalities on the Setúbal peninsula.*

*Monthly passes sales through cash dispenser machines (ATM), an alternative available since June 2013, continued to show interesting growth rates revealing consumers' appetite for value proposals that help meet their needs.*

*The customer support line (707 508 509) began working at the end of 2014. Despite some difficulties in rationalising the human resources, we were able to keep this system running in 2015, taking a total of 9,000 calls and proving the usefulness of this communication channel.*

*The public information system was one of the cornerstones of our activity, without which it would not be possible to keep current customers or capture new ones.*



Reconhecida esta importância, em 2015 foi desenvolvido um esforço continuado no sentido de manter a qualidade dos canais de comunicação na rua, tendo sido desenvolvidas algumas ações concretas sobre a informação em terminais e paragens e os painéis de informação em tempo real.

Na área da fiscalização, procederam-se a fiscalizações intensivas e em conjunto com as autoridades policiais em várias localidades assim como ações específicas durante os eventos festivos. Importa reafirmar a manifestação de agrado da maioria dos clientes e motoristas durante o decurso destas ações. No total do ano foram fiscalizadas 5.4% das circulações efetuadas, tendo-se registado como principal tipo de incidência a falta de título de transporte, com 54.4%.

O projeto Enerqi iniciou em 2014 com o objetivo de agilizar e flexibilizar o processo de avaliação da satisfação dos nossos clientes. Durante o ano de 2015, foi efetuado o inquérito geral de satisfação de clientes e o inquérito sobre a notoriedade da campanha de praias. Face aos bons resultados obtidos e à sua flexibilidade, perspetiva-se a continuidade da utilização desta ferramenta durante o ano de 2016.

No ano de 2015 procedeu-se ao desenvolvimento das campanhas habituais que visaram a captação de novos clientes e a promoção da utilização do transporte público, onde podemos destacar as campanhas das Praias e dos Festivais de Verão, indispensável na TST face à sua sazonalidade e especificidades que a mobilidade assume durante esta época.

Podemos destacar ainda as campanhas de descontos nos bilhetes vendidos a bordo, que face aos resultados obtidos, foi decidido prolongar a campanha durante o primeiro semestre de 2016.

Em 2015 a TST decidiu apostar na realização de um serviço turístico entre o Marquês de Pombal e o Cristo Rei, realizado com autocarros descapotáveis, e atravessando a Ponte 25 de Abril. Este serviço registou uma atratividade crescente, concluindo-se que se trata de uma aposta para continuar no próximo ano.

A TST decidiu, pelo terceiro ano consecutivo, oferecer aos seus clientes seniores de Setúbal (clientes com mais de 90 anos), um passe da rede de Setúbal válido para 2016.

No início do ano letivo, a TST voltou a marcar presença na faculdade nova de Lisboa - Monte Caparica.

À semelhança do ano anterior, a TST apresentou-se tecnologicamente habilitada a poder produzir os cartões na hora, facultando-os de imediato aos novos clientes, facto que constituiu uma vantagem relativamente aos outros operadores concorrentes.

*Recognising this importance, 2015 saw the development of a continued effort to maintain the quality of the communication channels in the street and some specific actions were taken about the information in the terminals and stops and the real-time information panels.*

*In terms of ticket inspections, we conducted intensive inspections in conjunction with the police at various places and specific actions during some festivities. It is important to note that most passengers and drivers were happy with these actions. Over the year as a whole, 5.4% of the services had inspections and the main kind of incident was passengers without a valid ticket, which accounted for 54.4% of the incidents.*

*Project Enerqi began in 2014 to streamline and make the customer satisfaction assessment process more flexible. We conducted a general satisfaction survey of the customers and a survey of people's awareness of our beach campaign in 2015. Given the good results and the flexibility, we intend to continue using this tool in 2016.*

*In 2015, we ran the usual campaigns to capture new customers and to promote the use of public transport, particularly the campaigns for the Beach and Summer festivals, which are indispensable to TST because of the seasonality and specificities of mobility at this time of the year.*

*We should also stress the campaigns of discount on-board tickets, which, because of the results that were obtained, is going to be prolonged to the first quarter of 2016.*

*In 2015, TST decided to run a tourist service between Lisbon's Marquês de Pombal and Cristo Rei on the south bank of the Tagus, using open top buses across the 25 de Abril bridge. This service drew growing numbers and it was decided to continue the service the following year.*

*TST decided, for the third year in a row, to offer its senior citizens in Setúbal (customers aged over 90), a Setúbal network pass for 2016.*

*At the beginning of the academic year, TST was also present at the Lisboa - Monte Caparica faculty. As in previous years, TST had all the technology required to produce cards on demand and hand them to its new customers, which gave it a cutting edge over the competing operators.*

Na área de recursos humanos, o ano foi pautado por um esforço de adequação e racionalização dos nossos recursos humanos, tendo em vista a eficiência dos processos internos e a sustentabilidade da empresa.

Ao abrigo da política de RH, o plano anual de formação teve como objetivo principal o reforço de competências, nas áreas da condução em segurança e prevenção da sinistralidade rodoviárias, certificação obrigatória dos motoristas, Higiene e Segurança no Trabalho e melhoria das competências técnicas nas intervenções especializadas na frota.

Tendo em perspetiva a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, demos início à formação de sensibilização sobre a ISO 14001 e a adoção de boas práticas transversais a todas as áreas organizacionais.

No âmbito das parcerias com as escolas profissionais e escolas secundárias, foram proporcionados estágios em contexto de trabalho em diversas áreas, nomeadamente na Manutenção, Informática, Recursos Humanos, Rede de Vendas e Higiene e Segurança no Trabalho.

Na área de Responsabilidade Social, foram reforçadas as parcerias já cimentadas, em particular com as CERCIs e APPACDM de Setúbal, fomentando a nível interno da organização, um sentimento de maior solidariedade e um olhar especial para a população com deficiência cognitiva. Nesta área, foram dados os primeiros passos no apoio a algumas instituições, com recolha interna de alimentos e outros bens.

A TST contribuiu também com apoios de transporte em áreas muito diferenciadas, desde o transporte de doentes com carência económica para tratamento ambulatorio em unidades de saúde ao Dia Paralímpico 2015, em Almada, ou o apoio à Fundação do GIL, com a oferta para reciclagem de telemóveis e equipamentos em fim de vida.

A TST continuou a parceria com a Cerci de Lisboa sob o mote “com o seu contributo, a ajuda chega mais depressa”, disponibilizando nas nossas lojas de apoio ao cliente porta-chaves feitos à mão pelos clientes da CERCi, revertendo o valor da venda integralmente para a CERCi Lisboa.

No âmbito do Sistema de Gestão Integrado, decorreu em novembro 2015, a auditoria de acompanhamento em Qualidade e Segurança, segundo as normas ISO 9001 e OHSAS 18001, respetivamente, tendo a empresa mantido as respetivas certificações.

*In the human resource area, the year saw significant efforts to adapt and rationalise our human resources, given the efficiency of the internal processes and the company's sustainability.*

*As part of the HR policy, the annual training plan's main objective was to bolster skills in the areas of safe driving and the prevention of road accidents, the mandatory certification of the driver, Health and Safety at Work and improvements in the technical skills in specialised fleet interventions.*

*In order to implement an Environmental Management System, we began training on awareness about ISO 14001 and the adoption of good practice in all areas of the organisation.*

*Under the scope of partnerships with professional schools and secondary schools, we offered internships in the work context in various areas, namely in Maintenance, IT, Human resources, sales network and Health and Safety at Work.*

*In the Social Responsibility area, we bolstered the existing partnerships, in particular with CERCi's and Setúbal's APPACDM encouraging a feeling of greater solidarity inside the organisation and special attention for people with cognitive disabilities. In this area, we took the first steps to support some organisations with the internal collection of food and other goods.*

*TST also contributed with transport support in many different areas, including the transport of poor patients for out-patient treatment at health centres and the Paralympic Day 2015 in Almada or the support of the Fundação do GIL with the offer of recycling mobile phone and obsolete equipment.*

*TST continued its partnership with Lisbon's Cerci under the motto “with your contribution, help arrives quicker”, selling key-rings made by the CERCi customers in our stores, with all the money reverting to CERCi Lisbon.*

*Under the scope of the Integrated Management System, there was Quality and Safety monitoring audit in November 2015, pursuant to the ISO 9001 and OHSAS 18001 standards respectively and the company kept the certifications.*

Na área Ambiental, iniciou-se o processo de implementação do SGA, segundo a Norma ISO/NP 14001, tendo-se realizado em abril a Auditoria de Diagnóstico.

Enquadrado na estratégia DB 2020, efetuou-se o Environmental Self-Assessment, e procedeu-se à constituição de uma equipa de dinamizadores internos para o Ambiente, que utilizando os materiais disponibilizados ao nível do Grupo DB/Arriva pela campanha Destination Green, visam promover o envolvimento de todos os colaboradores e as boas práticas ambientais.

Num ano económico bastante difícil, a empresa apresentou um volume de negócios de 44,0 milhões de euros, 1% inferior ao ano anterior reflexo da redução do número de passageiros e do não aumento tarifário. Não obstante, a empresa apresentou uma Ebitda positivo de 4.9 milhões de euros, que inclui a assunção de um rendimento gerado no ano de 2,3 milhões de euros baseados no valor da receita comercial por passageiro a atribuir pelo Estado como remuneração pela prestação do serviço público em 2015. A empresa terminou o ano com um resultado operacional negativo de 26.825,05 e um resultado líquido negativo de 373.368,99.

Os riscos financeiros mais relevantes a que a TST se encontra exposta são geridos globalmente pela função de tesouraria do Grupo DB, acionista único da TST. A política financeira do Grupo DB estabelece um conjunto de objetivos de gestão do risco de flutuação do preço do gasóleo e de flutuação de taxas de juro, entre outros riscos financeiros, que reduz o potencial de disrupção e liberta tempo para a gestão efetiva do negócio da empresa à luz da tendência de preços de médio longo prazo.

O Grupo DB segue uma política de financiamento interno às empresas do grupo pelo que o endividamento atual da TST é proveniente da casa-mãe. Além do crédito disponível junto do Grupo, a TST dispõe de linhas de crédito em bancos locais que considera relevantes na gestão da dívida e do risco de liquidez de curto e médio longo prazo.

*In the Environmental area, we started the process of implementing the EMS according to the ISO/NP 14001 standard and conducted a Diagnostic Audit in April.*

*An Environmental Self-Assessment was carried out as part of the DB 2020 strategy and we set up a team of internal champions for the Environment who use the materials provided by the DB/Arriva group for the 'Destination Green' campaign to encourage the involvement of all the staff in good environmental practices.*

*In a fairly tough economic year, the company had a turnover of 44 million, 1% down on the previous year and a reflection of the fall in passenger numbers and no fare increases. Nevertheless the company had positive EBITDA of 4.9 million, including the assumption of income generated in the year of 2.3 million based on the amount of the commercial revenue per passenger to be attributed by the state as remuneration for providing public service in 2015. The company ended the year with an operating loss of 26,825.05 and a net loss of 373,368.99.*

*The most relevant financial risks that TST is exposed to are managed globally by the treasury of DB Group, TST's only stakeholder. The financial policy at DB Group establishes a series of risk management objectives on the fluctuation of diesel prices and interest rates, among other financial risks, which reduce the possibility of disruption and frees up time for the effective management of the company's business in light of the medium- and long-term price trends.*

*DB group follows an internal funding policy of group companies, so TST's current borrowings come from the parent company. Apart from the credit that is available from the Group, TST has credit lines at local banks that it considered to be relevant in debt management and the short- and medium-term liquidity risk.*

## 2 | PERSPETIVAS FUTURAS

Pelo segundo ano consecutivo, as tarifas dos transportes públicos em Lisboa e no Porto mantiveram-se inalteradas. Depois de um período marcado por fortes aumentos, o Governo optou por não aplicar a regra que determina que os preços devem ser atualizados pelo valor da inflação do ano anterior – indicador que em 2014 e 2015 se situou nos 0,6% e 0,7%, respetivamente.

A dupla subida do ISP nos primeiros dois meses de 2016, vem penalizar profundamente o sector e a TST em particular, numa altura em que as empresas procuram recuperar a sustentabilidade económica, na sequência do ambiente económico extremamente difícil vivido no triénio anterior.

As projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação de um crescimento moderado da atividade económica, globalmente em linha com a evolução atualmente projetada para o conjunto da área do euro. Para 2016 antecipa-se um crescimento de 1,5%, semelhante ao verificado em 2015.

Estes indicadores poderão levar a que a mobilidade em transporte público estabilize aos níveis do ano anterior.

O novo regime jurídico para o serviço público de passageiros vai obrigar as empresas a concorrer à operação a partir de 2019. Esta realidade, juntamente com as tendências de alteração nos padrões de mobilidade dos clientes, constituirá um novo desafio à iniciativa privada que tem a oportunidade de aumentar a sua quota de mercado na gestão dos serviços públicos de transporte e responder de forma positiva os desafios de mobilidade local.

Torna-se necessário continuar a analisar as tendências do mercado, adaptando a atividade às reais necessidades de mobilidade dos agentes económicos, e controlando de forma rigorosa os custos do serviço. Neste processo os projetos desenvolvidos nos últimos anos, bilhética, sistema de ajuda à exploração e eco-TST, são suportes importantes para a adequação das medidas que se tornem necessárias vir a desenvolver.



## 2 | FUTURE OUTLOOK

*For the second year in a row, public transport fares in Lisbon and Oporto remain unchanged. After a period of sharp rises, the government decided not to apply the rule that states that the prices must be up-dated in proportion to the inflation the previous year - an indicator that stood at 0.6% in 2014 and 0.7% in 2015.*

*The two increases in fuel tax (ISP) in the first two months of 2016 have seriously penalised the sector and TST in particular, at a time when the companies are trying to recover their economic sustainability following the extremely difficult economic environment in the previous three years.*

*The projections for the Portuguese economy point towards continued moderate growth in economic activity in line with the evolution that is currently projected for the euro zone as a whole. There is expected to be a 1.5% growth in 2016, similar to what was seen in 2015.*

*These indicators may mean that public transport mobility stabilises at last year's levels.*

*The new legal system for passenger public service is going to make companies compete for the operation after 2019. This situation, along with the trends in the alterations to customer mobility patterns, constitutes a new challenge to private initiative that has the chance to increase its share of the market in public transport service management and positively respond to the local mobility challenges.*

*It also means we need to analyse market trends and adapt the activity to people's real mobility needs, while strictly controlling the costs of the service. The projects we have developed over the past years in ticketing, operation assistance service and Eco-TST are important supports to help us adapt to the measures that are going to have to be developed.*

### 3 | REFERÊNCIAS

O Conselho de Administração agradece o contributo prestado por todos quantos colaboraram para o desenvolvimento da atividade da empresa, designadamente clientes, fornecedores, consultores, instituições financeiras e demais entidades públicas e privadas.

A Administração expressa também o seu reconhecimento aos colaboradores da empresa, cujo esforço, dedicação e competência contribuíram para os resultados alcançados neste exercício.

Por fim agradece ao acionista o reconhecimento pelo incentivo, acompanhamento e apoio demonstrado ao longo do corrente ano.

### 4 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com os Estatutos da Empresa, propomos que o Resultado Líquido Negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 373.368,99, seja transferido para Resultados Transitados.

Laranjeiro, 31 de março de 2016

#### A ADMINISTRAÇÃO / THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (Presidente / Chair)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos



### 3 | ACKNOWLEDGEMENTS

*The Board of Directors expresses its gratitude to all those who have contributed towards the development of the company's activity, mainly our clients, suppliers, consultants, banks and other private and public entities.*

*Management also conveys its recognition to all the company's employees, whose efforts, dedication and competence added to the results achieved during the year.*

*Finally, the shareholder is thanked for the incentive, follow-up and support offered throughout this year.*

### 4 | PROPOSAL FOR THE DISTRIBUTION OF PROFITS

*Pursuant to article 66, point 5 paragraph f) of the Company's Code and in compliance with the Company's Articles of Association, we propose that the net loss of the year ended on 31 December 2015 of 373,368.99 be transferred to retained earnings.*

Laranjeiro, 31 March 2016



3

# Demonstrações Financeiras

*Financial Statements*

## BALANÇO

períodos findos em 31 de dezembro

ACTIVO	NOTAS	2015	2014
<b>Não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	21,643,627.00	23,823,310.21
Activos intangíveis	7	14,183,561.31	14,268,856.82
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	39,077.64	20,991.98
Participações financeiras - outros métodos	8	119,829.12	119,829.12
Empréstimos concedidos		78,571.43	64,285.71
Activos por impostos diferidos	9	1,773,350.89	1,706,265.33
		<u>37,838,017.39</u>	<u>40,003,539.17</u>
<b>Corrente</b>			
Inventários	10	273,854.91	323,459.26
Clientes	11	1,595,543.87	2,324,508.40
Adiantamentos a fornecedores		16,691.21	11,234.68
Estado e outros entes públicos	12	629,111.75	614,924.01
Outras contas a receber	13	8,146,850.99	5,927,242.06
Diferimentos	14	147,501.61	137,276.21
Caixa e depósitos bancários	4	1,632,462.38	920,050.64
		<u>12,442,016.72</u>	<u>10,258,695.26</u>
<b>Total do activo</b>		<b><u>50,280,034.11</u></b>	<b><u>50,262,234.43</u></b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	15	5,719,810.00	5,719,810.00
Prestações acessórias	15	6,250,000.00	6,250,000.00
Reservas legais	15	1,410,437.11	1,410,437.11
Resultados transitados		919,600.44	1,779,740.23
Outras variações no capital próprio	16	1,383,150.86	1,697,032.35
Resultado líquido do período		(373,368.99)	(860,139.79)
<b>Total do capital próprio</b>		<u>15,309,629.42</u>	<u>15,996,879.90</u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Não corrente</b>			
Provisões	17	549,611.29	562,873.24
Financiamentos obtidos	18	6,374,200.00	8,647,000.00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21	501,788.00	486,704.00
Passivos por impostos diferidos	3.9	-	-
Outras contas a pagar	20	2,739,831.41	2,893,469.94
		<u>10,165,430.70</u>	<u>12,590,047.18</u>
<b>Corrente</b>			
Provisões	17	3,750,000.00	3,750,000.00
Fornecedores	19	3,286,394.40	3,430,710.00
Adiantamentos de clientes		2,084.82	264.15
Estado e outros entes públicos	12	1,004,994.65	1,010,157.46
Financiamentos obtidos	18	11,522,800.00	8,522,800.00
Outras contas a pagar	20	4,640,624.03	4,256,125.57
Diferimentos	14	598,076.09	705,250.17
		<u>24,804,973.99</u>	<u>21,675,307.35</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>34,970,404.69</u>	<u>34,265,354.53</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b><u>50,280,034.11</u></b>	<b><u>50,262,234.43</u></b>

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO / THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (Presidente / Chair)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O Contabilista Certificado

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



## BALANCE SHEET

Period ended 31st December

	NOTES	2015	2014
<b>ASSETS</b>			
<b>Non-Current</b>			
Tangible fixed assets	6	21,643,627.00	23,823,310.21
Intangible assets	7	14,183,561.31	14,268,856.82
Investments - Equity method	8	39,077.64	20,991.98
Investments - Other methods	8	119,829.12	119,829.12
Loans granted		78,571.43	64,285.71
Deferred tax assets	9	1,773,350.89	1,706,265.33
		<u>37,838,017.39</u>	<u>40,003,539.17</u>
<b>Current</b>			
Inventories	10	273,854.91	323,459.26
Trade debtors	11	1,595,543.87	2,324,508.40
Advances to suppliers		16,691.21	11,234.68
State and other public entities	12	629,111.75	614,924.01
Other receivables	13	8,146,850.99	5,927,242.06
Deferrals	14	147,501.61	137,276.21
Cash and bank deposits	4	1,632,462.38	920,050.64
		<u>12,442,016.72</u>	<u>10,258,695.26</u>
<b>Total assets</b>		<b><u>50,280,034.11</u></b>	<b><u>50,262,234.43</u></b>
<b>EQUITY</b>			
Share capital	15	5,719,810.00	5,719,810.00
Supplementary	15	6,250,000.00	6,250,000.00
Legal reserves	15	1,410,437.11	1,410,437.11
Retained earnings		919,600.44	1,779,740.23
Other variations in equity	16	1,383,150.86	1,697,032.35
Net result for the period		(373,368.99)	(860,139.79)
<b>Total equity</b>		<b><u>15,309,629.42</u></b>	<b><u>15,996,879.90</u></b>
<b>LIABILITIES</b>			
<b>Non-current</b>			
Provisions	17	549,611.29	562,873.24
Borrowings	18	6,374,200.00	8,647,000.00
Liabilities for post-employment benefits	21	501,788.00	486,704.00
Other payables	20	2,739,831.41	2,893,469.94
		<u>10,165,430.70</u>	<u>12,590,047.18</u>
<b>Current</b>			
Provisions	17	3,750,000.00	3,750,000.00
Trade creditors	19	3,286,394.40	3,430,710.00
Advances from clients		2,084.82	264.15
State and other public entities	12	1,004,994.65	1,010,157.46
Borrowings	18	11,522,800.00	8,522,800.00
Other payables	20	4,640,624.03	4,256,125.57
Deferrals	14	598,076.09	705,250.17
		<u>24,804,973.99</u>	<u>21,675,307.35</u>
		<u>34,970,404.69</u>	<u>34,265,354.53</u>
<b>Total liabilities</b>		<b><u>50,280,034.11</u></b>	<b><u>50,262,234.43</u></b>
<b>Total equity and liabilities</b>			

The accompanying notes are an integral part of the balance sheet for the period ended 31 December 2015

## A ADMINISTRAÇÃO / THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (Presidente / Chair)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

The Chief Accountant

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

períodos findos em 31 de dezembro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Serviços prestados	22	41,664,052.99	42,034,792.29
Subsídios à exploração	23	2,310,404.43	2,396,864.83
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas a empreendimentos conjuntos	8	60,381.03	112,421.37
Trabalhos para a própria entidade	24	154,483.66	105,002.67
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	(11,333,918.24)	(12,497,244.06)
Fornecimentos e serviços externos	25	(6,486,833.96)	(6,476,898.14)
Gastos com o pessoal	26	(22,232,646.82)	(21,672,205.91)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	2,000.00	3,000.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.13	(149,504.59)	20,145.32
Provisões (aumentos / reduções)	17	(158,392.30)	(1,198,595.00)
Outros rendimentos e ganhos	27	1,526,736.73	1,675,085.49
Outros gastos e perdas	28	(412,165.57)	(395,933.39)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>4,944,597.36</b>	<b>4,106,435.47</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.7	(4,971,422.41)	(4,693,121.44)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(26,825.05)</b>	<b>(586,685.97)</b>
Juros e gastos similares suportados	29	(336,226.94)	(400,476.76)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(363,051.99)</b>	<b>(987,162.73)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	30	(10,317.00)	127,022.94
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(373,368.99)</b>	<b>(860,139.79)</b>
<b>Resultado por ação básico</b>		<b>(0.33)</b>	<b>(0.75)</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por natureza para o período findo em 31 de dezembro de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO / THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (Presidente / Chair)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O Contabilista Certificado

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

## PROFIT AND LOSS STATEMENT

Period ended 31st December

REVENUES AND COSTS	NOTES	2015	2014
Services rendered	22	41,664,052.99	42,034,792.29
Subsidies	23	2,310,404.43	2,396,864.83
Gains/losses allocated to subsidiaries, joint ventures and associated	8	60,381.03	112,421.37
Capitalization of own costs	24	154,483.66	105,002.67
Cost of goods sold	10	(11,333,918.24)	(12,497,244.06)
External services	25	(6,486,833.96)	(6,476,898.14)
Staff costs	26	(22,232,646.82)	(21,672,205.91)
Impairment of inventories (losses/reversals)	10	2,000.00	3,000.00
Impairment of receivables (losses/reversals)	11.13	(149,504.59)	20,145.32
Provisions (increases/decreases)	17	(158,392.30)	(1,198,595.00)
Other operating revenues and gains	27	1,526,736.73	1,675,085.49
Other operating costs and losses	28	(412,165.57)	(395,933.39)
<b>Profit before depreciations, financial costs and taxes</b>		<b>4,944,597.36</b>	<b>4,106,435.47</b>
Costs/reversals of depreciations and amortizations	6.7	(4,971,422.41)	(4,693,121.44)
<b>Operating profit (before financial costs and taxes)</b>		<b>(26,825.05)</b>	<b>(586,685.97)</b>
Interests and similar expenses	29	(336,226.94)	(400,476.76)
<b>Profit before tax</b>		<b>(363,051.99)</b>	<b>(987,162.73)</b>
Income tax for the period	30	(10,317.00)	127,022.94
<b>Net profit for the period</b>		<b>(373,368.99)</b>	<b>(860,139.79)</b>
<b>Earnings per share</b>		<b>(0.33)</b>	<b>(0.75)</b>

The accompanying notes are an integral part of the profit and loss statement for the period ended 31 December 2015

A ADMINISTRAÇÃO / THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (Presidente / Chair)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

The Chief Accountant

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Notas	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital	Reservas Legais	Resultados Transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>Em 1 de janeiro de 2014</b>		5,719,810.00	6,250,000.00	1,410,437.11	1,332,758.73	1,995,609.39	446,981.50	17,155,596.73
<b>Alterações no período</b>								
Subsídio ao investimento	16	-	-	-	-	(472,140.91)	-	(472,140.91)
Ajustamento a subsídio (efeito fiscal)						173,563.87		173,563.87
Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2013		-	-	-	446,981.50	-	(446,981.50)	-
		-	-	-	446,981.50	(298,577.04)	(446,981.50)	(298,577.04)
<b>Resultado líquido do período</b>							(860,139.79)	(860,139.79)
<b>Resultado integral</b>							<b>(860,139.79)</b>	<b>(860,139.79)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	15.16	<b>5,719,810.00</b>	<b>6,250,000.00</b>	<b>1,410,437.11</b>	<b>1,779,740.23</b>	<b>1,697,032.35</b>	<b>(860,139.79)</b>	<b>15,996,879.90</b>
<b>Em 1 de janeiro de 2015</b>		<b>5,719,810.00</b>	<b>6,250,000.00</b>	<b>1,410,437.11</b>	<b>1,779,740.23</b>	<b>1,697,032.35</b>	<b>(860,139.79)</b>	<b>15,996,879.90</b>
<b>Alterações no período</b>								
Subsídio ao investimento	16	-	-	-	-	(467,520.02)	-	(467,520.02)
Ajustamento a subsídio (efeito fiscal)	16	-	-	-	-	153,638.53	-	153,638.53
Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2014		-	-	-	(860,139.79)	-	860,139.79	-
		-	-	-	(860,139.79)	(313,881.49)	860,139.79	(313,881.49)
<b>Resultado líquido do período</b>							(373,368.99)	(373,368.99)
<b>Resultado integral</b>							<b>(373,368.99)</b>	<b>(373,368.99)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	15.16	<b>5,719,810.00</b>	<b>6,250,000.00</b>	<b>1,410,437.11</b>	<b>919,600.44</b>	<b>1,383,150.86</b>	<b>(373,368.99)</b>	<b>15,309,629.42</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO / THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (Presidente / Chair)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O Contabilista Certificado

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

## EQUITY STATEMENT

	Notes	Share Capital	Supplementary	Legal Reserves	Retained Earnings	Other variation in equity	Net result for the equity	Total of the equity
<b>Balance at 1 January 2014</b>		5,719,810.00	6,250,000.00	1,410,437.11	1,332,758.73	1,995,609.39	446,981.50	17,155,596.73
Investment subsidy	16	-	-	-	-	(472,140.91)	-	(472,140.91)
Application of the net profit for the period ended 31 Decembre 2013		-	-	-	446,981.50	(446,981.50)	-	-
		-	-	-	446,981.50	(472,140.91)	(446,981.50)	(472,140.91)
<b>Profit/(loss) for the period</b>							(860,139.79)	(860,139.79)
<b>Comprehensive income</b>							<b>(860,139.79)</b>	<b>(860,139.79)</b>
<b>Balance as at 31 December 2014</b>	15.16	<b>5,719,810.00</b>	<b>6,250,000.00</b>	<b>1,410,437.11</b>	<b>1,779,740.23</b>	<b>1,697,032.35</b>	<b>(860,139.79)</b>	<b>15,996,879.90</b>
<b>Balance at 1 January 2015</b>		<b>5,719,810.00</b>	<b>6,250,000.00</b>	<b>1,410,437.11</b>	<b>1,779,740.23</b>	<b>1,697,032.35</b>	<b>(860,139.79)</b>	<b>15,996,879.90</b>
<b>Movements in the year</b>								
Investment subsidy	16	-	-	-	-	(467,520.02)	-	(467,520.02)
Fiscal effect on investment subsidy	16	-	-	-	-	153,638.53	-	153,638.53
Application of the net profit for the period ended 31 Decembre 2014		-	-	-	(860,139.79)	-	860,139.79	-
		-	-	-	(860,139.79)	(313,881.49)	860,139.79	(313,881.49)
<b>Profit/(loss) for the period</b>							(373,368.99)	(373,368.99)
<b>Comprehensive income</b>							<b>(373,368.99)</b>	<b>(373,368.99)</b>
<b>Balance as at 31 December 2015</b>	15.16	<b>5,719,810.00</b>	<b>6,250,000.00</b>	<b>1,410,437.11</b>	<b>919,600.44</b>	<b>1,383,150.86</b>	<b>(373,368.99)</b>	<b>15,309,629.42</b>

The accompanying notes are an integral part of the statement of changes in equity for the period ended 31 December 2015

## A ADMINISTRAÇÃO / THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (Presidente / Chair)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

## The Chief Accountant

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

períodos findos em 31 de dezembro

	NOTAS	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		46,545,436.80	46,765,523.88
Pagamentos a fornecedores		(22,790,433.44)	(23,871,944.90)
Pagamentos ao pessoal		(22,442,883.25)	(22,355,451.03)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1,312,120.11</b>	<b>538,127.95</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(103,838.00)	(143,396.28)
Outros recebimentos/pagamentos	4	1,287,353.94	3,032,733.19
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais (1)</b>		<b>2,495,636.05</b>	<b>3,427,464.86</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
- Activos fixos tangíveis		(2,276,650.29)	(2,536,963.78)
- Activos fixos intangíveis		(3,044.25)	(4,000.00)
		(2,279,694.54)	(2,540,963.78)
Recebimentos provenientes de:			
- Activos fixos tangíveis		57,649.38	73,717.07
		57,649.38	73,717.07
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento (2)</b>		<b>(2,222,045.16)</b>	<b>(2,467,246.71)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:		3,700,000.00	1,250,000.00
- Financiamentos obtidos		67,556.49	-
- Juros obtidos		3,767,556.49	1,250,000.00
Pagamentos respeitantes a:			
- Financiamentos obtidos		(2,972,800.00)	(2,914,030.05)
- Juros e custos similares		(355,935.64)	(401,124.88)
		(3,328,735.64)	(3,315,154.93)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>438,820.85</b>	<b>(2,065,154.93)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>721,411.74</b>	<b>(1,104,936.78)</b>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		920,050.64	2,024,987.42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<b>1,632,462.38</b>	<b>920,050.64</b>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO / THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (Presidente / Chair)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

O Contabilista Certificado

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira

## CASH FLOW STATEMENT

		Period ended 31st December	
	NOTES	2015	2014
<b>Cash flow from operating activities</b>			
Received from customers		46,545,436.80	46,765,523.88
Payed to suppliers		(22,790,433.44)	(23,871,944.90)
Payed to staff		(22,442,883.25)	(22,355,451.03)
<b>Cash generated from operations</b>		<b>1,312,120.11</b>	<b>538,127.95</b>
Income tax paid/received		(103,838.00)	(143,396.28)
Other receivements/payments	4	1,287,353.94	3,032,733.19
<b>Net cash flows from operating activities (1)</b>		<b>2,495,636.05</b>	<b>3,427,464.86</b>
<b>Cash flow from investment activities</b>			
Payment related to:			
- Tangible fixed assets		(2,276,650.29)	(2,536,963.78)
- Intangible fixed assets		(3,044.25)	(4,000.00)
		(2,279,694.54)	(2,540,963.78)
Received from:			
- Investment related subsidies		57,649.38	73,717.07
		57,649.38	73,717.07
<b>Net cash flow form investment activities (2)</b>		<b>(2,222,045.16)</b>	<b>(2,467,246.71)</b>
<b>Cash flow from financing activities</b>			
Received from:			
- Borrowings		3,700,000.00	1,250,000.00
- Interest earned		67,556.49	-
		3,767,556.49	1,250,000.00
Payments related to:			
- Borrowings		(2,972,800.00)	(2,914,030.05)
- Interests and similar expenses		(355,935.64)	(401,124.88)
		(3,328,735.64)	(3,315,154.93)
<b>Net cash flow from financing activities (3)</b>		<b>438,820.85</b>	<b>(2,065,154.93)</b>
<b>Cash variation and its equivalents (1+2+3)</b>		<b>721,411.74</b>	<b>(1,104,936.78)</b>
Foreign exchange effects equivalents		-	-
Cash and its equivalents in the beginning of the period		920,050.64	2,024,987.42
Cash and its equivalents and the end of the period	4	<b>1,632,462.38</b>	<b>920,050.64</b>

The accompanying notes are an integral part of the statement of cash flows for the period ended 31 December 2015

A ADMINISTRAÇÃO / THE BOARD OF DIRECTORS

Marco Giovanni Piuri (Presidente / Chair)

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

José Manuel de Sá Guimas

Luís de Almada Guedes Machado

Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

The Chief Accountant

Francisco José dos Santos Pita Gomes Pereira



# 4

# Anexo às Demonstrações Financeiras

*Financial Statements*



# 4 | Anexo às Demonstrações Financeiras

## Financial Statements

RELATÓRIO &  
CONTAS 2015  
ANNUAL REPORT



### 1 | INTRODUÇÃO

A T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA, (referida neste documento como “TST”, ou “Empresa”) com sede na Rua Marcos Portugal, Laranjeiro, 2810-260 Almada, foi constituída por escritura pública, em janeiro de 1995, então com a denominação de SOGESTRA – Gestão e Inovação de Transportes, SA. A Empresa tem por objeto principal o transporte de passageiros em autocarros.

No exercício de 2001 verificou-se a fusão, por incorporação, das Empresas Gestitrans – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, Covas & Filhos, Lda. e Transro – Gestão Operacional de Transportes, Lda. na TST.

A TST é detida integralmente pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA e faz parte de um dos maiores grupos internacionais de transportes de passageiros, a Deutsche Bahn AG.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2016. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da TST, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### 2 | REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

A TST preparou as suas demonstrações financeiras no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Dec-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro explanadas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2015.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e

julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.20.

#### 2.2. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não existiram quaisquer situações que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

#### 2.3. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os do exercício anterior.

De referir, no entanto, que em 2015, o cálculo das responsabilidades totais com pensões em pagamento, foi determinado tendo por base a aplicação da nova tábua de mortalidade. Contudo, o impacto dessa alteração não é considerada materialmente relevante no contexto das demonstrações financeiras da Empresa (ver Nota 21).

#### 2.4. EFEITOS FUTUROS DAS ALTERAÇÕES AO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (SNC)

O SNC foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso nº 3256/2015, com a aplicação ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual, tendo por base os elementos disponíveis à presente data, originará os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras da Empresa:

O Goodwill passará a ser amortizado no período da sua vida útil, a qual se estima em cerca de 10 anos, o que implicará

um impacto negativo no Resultado líquido do exercício de 2016 em cerca de 1.300 milhares.

### 3 | PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa com base no SNC e NCRF.

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### 3.1. CONVERSÃO CAMBIAL

As demonstrações financeiras da TST e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional).

#### 3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, para os ativos fixos tangíveis mais significativos:

	<b>ANOS</b>
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 25 anos
Equipamento básico	Entre 6 e 8 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	Entre 4 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 8 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são

determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico dos ativos, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

#### 3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

A Empresa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que refere que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A TST determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente:

- (a) Goodwill resultante da diferença apurada no processo de fusão realizado no exercício de 2001 (ver Nota 1 e 7), entre o valor de aquisição e os justos valores dos ativos e passivos das empresas objeto de fusão;
- (b) Obtenção do direito de utilização da marca “Arriva” por um período de 15 anos, com início em 1 de janeiro de 2006. Este ativo intangível, no valor de 2.300 milhares, é amortizado numa base sistemática durante este período;
- (c) Programas de computador. Os programas de computador são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, pelo período de 3 anos.

#### 3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Empresa realiza os testes de imparidade no final de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

### 3.5. INVESTIMENTOS EM ENTIDADES ASSOCIADAS

Os investimentos em entidades associadas (participações iguais ou superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial, com os necessários ajustes para os justos valores dos ativos e passivos adquiridos. Subsequentemente, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

As restantes participações financeiras encontram-se registadas ao custo.

### 3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários referem-se a bens e materiais de consumo e são registados pelo valor de aquisição.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

### 3.7. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos possam não ser recuperáveis, conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

### 3.8. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3

meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### 3.9. CAPITAL

O capital corresponde ao capital realizado nos termos estatutários e que simultaneamente satisfaça a definição de instrumento de capital, no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

### 3.10. PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) entre outros.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expirada.

### 3.11. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecido na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por um período de, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### 3.12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento é registado na demonstração dos resultados, exceto quando está relacionado com itens que sejam reconhecidos diretamente no capital próprio. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos pelo método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e as respetivas quantias escrituradas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos ativos por impostos diferidos ou na data de liquidação dos passivos por impostos diferidos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que sejam gerados lucros tributários futuros que permitam a utilização das diferenças temporárias geradas ou prejuízos fiscais dedutíveis. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre a totalidade das diferenças temporárias tributáveis.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2005, a Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), de acordo com a legislação em vigor, integrando o grupo de empresas cuja sociedade dominante é a Arriva Investimentos SGPS, S.A. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto corrente sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual, por contrapartida de uma conta a receber (crédito de imposto)/pagar da/à Arriva Investimentos SGPS, S.A.

Os impostos que a Empresa estima poder vir a recuperar no futuro, por via da dedução nos impostos que venham a ser apurados a nível do RETGS, são reconhecidos a título de crédito de imposto sob a forma de ativos por impostos diferidos.

### 3.13. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Empresa procede ao pagamento a colaboradores que se encontravam em situação de reforma à data em que a Empresa foi privatizada, de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa obtém de uma entidade independente, um estudo atuarial a 31 de dezembro de cada ano e ajusta a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades, sendo o gasto reconhecido na demonstração de resultados do período, na rubrica de "Gastos com o pessoal".

### 3.14. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação i) presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos para pagamento dessa obrigação; e iii) cujo montante possa ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de

mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

### 3.15. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A Empresa reconhece os subsídios e outras compensações recebidas do Estado Português pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, ao seu justo valor, quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes), como rendimentos do exercício durante a vida útil dos ativos com os quais estão relacionados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

### 3.16. LOCAÇÕES

As locações de ativos fixos tangíveis relativamente às quais a Empresa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de locação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa detém apenas bens adquiridos em regime de locação operacional.

### 3.17. GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os

montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificados como tal.

### 3.18. RÉDITO

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos atribuídos.

Os rendimentos relativos à venda de bilhetes (que não os vendidos a bordo dos autocarros) são reconhecidos no mês em que é concretizada a venda, por se entender ser esse o momento em que os benefícios económicos futuros associados à transação fluem para a Empresa.

Os rendimentos relacionados com as receitas da venda de passes a utilizar no período seguinte são reconhecidos no mês em que os serviços são prestados.

Os rendimentos relativos a alugueres são reconhecidos no período em que o serviço é prestado.

### 3.19. MATÉRIAS AMBIENTAIS

A TST efetua a monitorização adequada das questões ambientais que resultem do desenvolvimento da sua atividade. Devido à atividade da Empresa, os riscos ambientais estão relacionados maioritariamente com a emissão de gases e gestão de resíduos (i.e. óleos). No entanto, não é expectável que dos mesmos decorram passivos ambientais significativos.

Os encargos de carácter ambiental incorridos pela Empresa são, dependendo das suas características, capitalizados ou reconhecidos como gastos nos resultados operacionais do período em que são incorridos.

### 3.20. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato financeiro a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se consideram ser razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são:

## ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

### 3.20.1 ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por outras empresas do sector.

### 3.20.2 IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à sua identificação e avaliação.

### 3.20.3 PROVISÕES

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto do reconhecimento ou divulgação, tais como sinistros ocorridos. A determinação do grau de probabilidade de a Empresa vir a assumir quaisquer responsabilidades, bem como o montante de recursos necessários para o pagamento dessas obrigações exige a realização de análise e avaliação cuidadas.

### 3.20.4 ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

A determinação e o registo de ativos por impostos diferidos nas demonstrações financeiras depende da capacidade da Empresa gerar, ela própria e a nível da aplicação do RETGS, lucros tributáveis futuros suficientes que permitam a materialização desses ativos, o que exige um melhor julgamento do Conselho de Administração quanto à sua realização, suportada em orçamentos e previsões económicas, de médio e longo prazo, conservadores e razoáveis.

## 4 | FLUXOS DE CAIXA

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa", no balanço e para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Numerário</b>		
Caixa	<u>78,760.40</u>	<u>42,847.63</u>
<b>Depósitos Bancários</b>		
Depósitos à Ordem	<u>1,553,701.98</u>	<u>877,203.01</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (activo)</b>	<b><u>1,632,462.38</u></b>	<b><u>920,050.64</u></b>

A empresa não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os exercícios apresentados.

## 5 | POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 5.1 ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não foram introduzidas alterações às políticas constantes das NCRF em vigor em 31 de dezembro de 2015, sendo os principais saldos e transações evidenciados nas demonstrações financeiras àquela data comparáveis, em todos os aspetos significativos, com as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2014.

### 5.2 ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

No período findo em 31 de dezembro de 2015 não se considerou necessário alterar de forma significativa as estimativas ou áreas que envolvem maior julgamento, com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

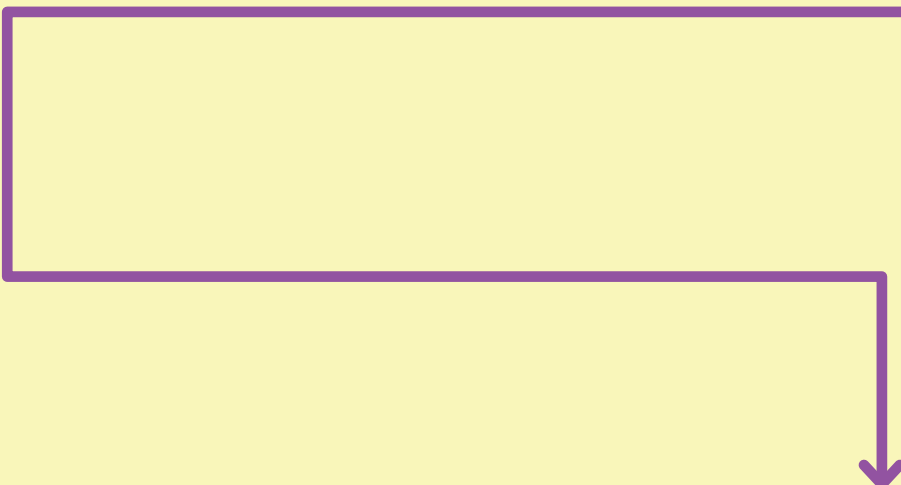
### 5.3 ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram quaisquer erros ou omissões com impacto nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015, relacionadas com o período anterior.

## 6 | ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Custo de Aquisição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Em 1 de janeiro de 2014</b>	<b>2,977,898.98</b>	<b>6,775,848.09</b>	<b>52,447,130.95</b>	<b>508,222.75</b>	<b>618,435.74</b>	<b>4,122,711.06</b>	<b>1,548,635.46</b>	<b>68,998,883.03</b>
Aquisições	-	47,745.00	916,419.65	53,771.71	-	79,787.87	1,731,401.82	2,829,126.05
Alienações	-	-	(3,197,730.80)	(51,390.76)	-	-	-	(3,249,121.56)
Abates	-	(32,355.77)	(948,646.14)	-	(124.00)	(17,548.97)	-	(998,674.88)
Transferências	-	156,551.48	76,668.51	-	-	153,720.00	(386,939.99)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2,977,898.98</b>	<b>6,947,788.80</b>	<b>49,293,842.17</b>	<b>510,603.70</b>	<b>618,311.74</b>	<b>4,338,669.96</b>	<b>2,893,097.29</b>	<b>67,580,212.64</b>
Aquisições	-	122,204.97	1,053,038.01	191,070.45	5,623.51	106,107.90	1,190,358.87	2,668,403.71
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(15,110.00)	(3,303,435.26)	(82,176.93)	(102,920.40)	(178,817.76)	-	(3,682,460.35)
Transferências	-	401,990.91	1,179,922.91	-	26,209.51	551,069.26	(2,159,192.59)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2,977,898.98</b>	<b>7,456,874.68</b>	<b>48,223,367.83</b>	<b>619,497.22</b>	<b>547,224.36</b>	<b>4,817,029.36</b>	<b>1,924,263.57</b>	<b>66,566,156.00</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>								
<b>Em 1 de janeiro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>3,884,024.31</b>	<b>36,076,873.20</b>	<b>455,729.87</b>	<b>504,162.31</b>	<b>2,533,645.92</b>	<b>-</b>	<b>43,454,435.61</b>
Depreciações do exercício	-	299,549.94	3,708,165.65	55,146.96	50,507.95	426,341.02	-	4,539,711.52
Alienações	-	-	(3,197,730.80)	(51,390.76)	-	-	-	(3,249,121.56)
Abates	-	(32,355.77)	(938,094.40)	-	(124.00)	(17,548.97)	-	(988,123.14)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>4,151,218.48</b>	<b>35,649,213.65</b>	<b>459,486.07</b>	<b>554,546.26</b>	<b>2,942,437.97</b>	<b>-</b>	<b>43,756,902.43</b>
Depreciações do exercício	-	260,252.39	3,940,476.95	64,255.62	53,358.10	477,951.04	-	4,796,294.10
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(5,287.77)	(3,275,874.67)	(67,766.93)	(102,920.40)	(178,817.76)	-	(3,630,667.53)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>-</b>	<b>4,406,183.10</b>	<b>36,313,815.93</b>	<b>455,974.76</b>	<b>504,983.96</b>	<b>3,241,571.25</b>	<b>-</b>	<b>44,922,529.00</b>
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2,977,898.98</b>	<b>2,796,570.32</b>	<b>13,644,628.52</b>	<b>51,117.63</b>	<b>63,765.48</b>	<b>1,396,231.99</b>	<b>2,893,097.29</b>	<b>23,823,310.21</b>
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2,977,898.98</b>	<b>3,050,691.58</b>	<b>11,909,551.90</b>	<b>163,522.46</b>	<b>42,240.40</b>	<b>1,575,458.11</b>	<b>1,924,263.57</b>	<b>21,643,627.00</b>



Os valores da rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Equipamento Básico - projecto bilhética sem contacto</b>	-	27,488.47
<b>Projecto de informação ao cliente em tempo real</b>	-	158,903.34
<b>Equipamento Básico - viaturas em preparação</b>	1,040,204.28	1,152,434.44
<b>Obras em edifícios e outras construções</b>	318,056.33	711,962.86
<b>Equipamento Administrativo</b>	-	29,976.06
<b>Gisfrota</b>	33,500.00	-
<b>Outros activos fixos tangíveis:</b>		
Instalação rede de incêndios na Sede	-	274,454.00
Instalação elétrica na Sede	289,419.45	222,953.20
Depósitos de gasóleo	137,487.86	127,820.00
Sistema de video vigilância	-	63,569.56
Pórtico lavagem	82,253.65	67,543.00
Outros	23,342.00	55,992.36
	<u><b>1,924,263.57</b></u>	<u><b>2,893,097.29</b></u>

As aquisições ocorridas no exercício de 2015 correspondem, fundamentalmente, à compra de autocarros para renovação da frota, no valor de 2.093 milhares.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos resultados, pela sua totalidade.



## 7. I ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Outros Activos intangíveis	Activos fixos intangíveis em curso	Total
<b>Custo de Aquisição</b>						
<b>Em 1 de janeiro de 2014</b>	<b>23,983,526.93</b>	<b>15,000.00</b>	<b>51,382.03</b>	<b>2,407,018.97</b>	<b>49,630.00</b>	<b>26,506,557.93</b>
Aquisições					9,750.00	9,750.00
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>23,983,526.93</b>	<b>15,000.00</b>	<b>51,382.03</b>	<b>2,407,018.97</b>	<b>59,380.00</b>	<b>26,516,307.93</b>
Aquisições			2,475.00		87,357.80	89,832.80
Transferências	-	-	63,146.55		(63,146.55)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>23,983,526.93</b>	<b>15,000.00</b>	<b>117,003.58</b>	<b>2,407,018.97</b>	<b>83,591.25</b>	<b>26,606,140.73</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>						
<b>Em 1 de janeiro de 2014</b>	<b>10,693,360.83</b>	<b>15,000.00</b>	<b>51,382.03</b>	<b>1,334,298.34</b>	<b>-</b>	<b>12,094,041.19</b>
Amortizações do exercício	-	-	-	153,409.92	-	153,409.92
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>10,693,360.83</b>	<b>15,000.00</b>	<b>51,382.03</b>	<b>1,487,708.26</b>	<b>-</b>	<b>12,247,451.11</b>
Amortizações do exercício	-	-	21,871.67	153,256.64	-	175,128.31
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>10,693,360.83</b>	<b>15,000.00</b>	<b>73,253.70</b>	<b>1,640,964.90</b>	<b>-</b>	<b>12,422,579.42</b>
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>13,290,166.10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>919,310.71</b>	<b>59,380.00</b>	<b>14,268,856.82</b>
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>13,290,166.10</b>	<b>-</b>	<b>43,749.88</b>	<b>766,054.07</b>	<b>83,591.25</b>	<b>14,183,561.31</b>

### TESTE DE IMPARIDADE AO GOODWILL

O teste de imparidade ao Goodwill foi efetuado por referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014. Para efeitos do teste, o valor recuperável do ativo (unidade geradora de caixa) foi determinado com base no valor de uso, através do apuramento dos fluxos de caixa descontados para a data presente – abordagem do rendimento, pelo método do Free Cash Flow to Firm – os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócios, com base no plano de negócios preliminar da Gestão para o período de 2016 a 2020, tendo para o efeito sido utilizados os seguintes elementos e pressupostos:

- Para os fluxos de caixa estimados para o período de 2016 a 2020 a Empresa utilizou o plano de negócios preliminar a 5 anos;
- Considerada uma vida finita de 30 anos nos cash flows descontados, por se considerar ser esse o período médio dos contratos de concessão estabelecidos para as empresas do Grupo onde a TST está inserida.
- A taxa de desconto utilizada foi de 8% (2014: 8%);

O resultado obtido permitiu demonstrar que o goodwill em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (13.290 milhares) não estava em imparidade.

## 8 | INVESTIMENTOS EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS E ASSOCIADAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos ocorridos nas rubricas de Participações Financeiras foi o seguinte:

	<u>Método de equivalência patrimonial</u>	<u>Custo de aquisição</u>
<b>Participações financeiras</b>		
<b>Em 1 de janeiro de 2014</b>	<b>5,496.32</b>	<b>119,829.12</b>
Aquisições	-	-
Método de equivalência patrimonial	15,495.66	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>20,991.98</b>	<b>119,829.12</b>
Aquisições	-	-
Método de equivalência patrimonial	18,085.66	-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>39,077.64</b>	<b>119,829.12</b>
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>20,991.98</b>	<b>119,829.12</b>
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>39,077.64</b>	<b>119,829.12</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos financeiros:

<b>2015</b>					
	<u>Sede</u>	<u>Capital próprio</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>% detida</u>	<u>Quantia escriturada</u>
<b>Subsidiárias (ao custo de aquisição)</b>					
Otlis, ACE	Lisboa	1,409,354.40	529,522.38	14.28	47,118.86
Salvador Caetano, SA	Porto	n.d.	n.d.	0.70	61,825.00
Ameseixal	Seixal	171,271.20	363.49	-	906.90
Ageneal	Almada	263,412.04	11,810.29	-	8,978.36
S. Energia Barreiro e Moita	Moita	n.d.	n.d.	-	1,000.00
					119,829.12
<b>Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)</b>					
Rodinform, SA	Lisboa	206,059.23	1,764.85	20.00	39,077.64
<b>2014</b>					
	<u>Sede</u>	<u>Capital próprio</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>% detida</u>	<u>Quantia escriturada</u>
<b>Subsidiárias (ao custo de aquisição)</b>					
Otlis, ACE	Lisboa	1,075,899.57	296,057.55	14.28	47,118.86
Salvador Caetano, SA	Porto	n.d.	n.d.	0.70	61,825.00
Ameseixal	Seixal	170,907.71	93.09	-	906.90
Ageneal	Almada	251,601.75	62,157.45	-	8,978.36
S. Energia Barreiro e Moita	Moita	n.d.	n.d.	-	1,000.00
					119,829.12
<b>Associadas (pelo método de equivalência patrimonial)</b>					
Rodinform, SA	Lisboa	204,294.38	18,023.14	20.00	20,991.98

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa reconheceu como ganhos na demonstração dos resultados, na rubrica "ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", a quota-parte do resultado distribuído pela Otlis, ACE, em 2015, referente ao exercício de 2014, no montante de 42.295,37 (2014: 96.926).

## 9 | ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDO			
	2015		2014	
	Base	Imposto diferido	Base	Imposto diferido
<b>Perdas por imparidade e provisões:</b>				
- Ajustamentos de dívidas de clientes e outro devedores e outras provisões	1,332,148.47	299,733.41	1,079,386.51	264,449.69
- Indemnizações compensatórias	3,750,000.00	843,750.00	3,750,000.00	918,750.00
<b>Prejuízos fiscais do exercício de 2011</b>	-	-	1,434,219.17	301,186.03
<b>Prejuízos fiscais do exercício de 2012</b>	1,186,181.10	354,098.03	251,961.93	52,912.01
<b>Prejuízos fiscais do exercício de 2014</b>	804,607.62	168,967.60	804,607.62	168,967.60
<b>Prejuízos fiscais do exercício de 2015</b>	508,580.25	106,801.85	-	-
	<b>7,581,517.44</b>	<b>1,773,350.89</b>	<b>7,320,175.23</b>	<b>1,706,265.33</b>

O impacto dos movimentos, em balanço, na rubrica de Ativos por impostos diferidos, ocorridos para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	2015	2014
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
<b>Em 1 de janeiro</b>	1,706,265.33	1,497,529.30
<b>Movimentos do exercício</b>		
<b>Impacto na demonstração de resultados</b>		
Perdas de imparidade e provisões	(39,716.29)	209,350.10
Prejuízos fiscais	106,801.85	(614.07)
Alteração de taxa	-	-
	<b>67,085.56</b>	<b>208,736.03</b>
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>1,773,350.89</b>	<b>1,706,265.33</b>

## 10 | INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015	2014
Bens e materiais de consumo	278,854.91	330,459.26
Imparidade de inventários	(5,000.00)	(7,000.00)
	<b>273,854.91</b>	<b>323,459.26</b>

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 das perdas por imparidade de inventários apresentam-se como segue:

	2015	2014
<b>Em 1 de janeiro</b>	<b>7,000.00</b>	<b>10,000.00</b>
Aumentos	5,000.00	404.38
Reversões	(7,000.00)	(3,404.38)
	<b>(2,000.00)</b>	<b>(3,000.00)</b>
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>5,000.00</b>	<b>7,000.00</b>

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi apurado como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	330,459.26	359,197.05
Compras	11,283,455.76	12,470,294.13
Regularizações	(1,141.87)	(1,787.86)
Saldo final	<b>(278,854.91)</b>	<b>(330,459.26)</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>11,333,918.24</b>	<b>12,497,244.06</b>

## 11 | CLIENTES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	2015		
	Saldo bruto	Perdas por imparidade	Saldo líquido
<b>Dividas correntes:</b>			
Clientes gerais	1,595,543.87	-	1,595,543.87
Clientes em cobrança duvidosa	108,496.94	(108,496.94)	-
	<b>1,704,013.81</b>	<b>(108,496.94)</b>	<b>1,595,543.87</b>
	2014		
	Saldo bruto	Perdas por imparidade	Saldo líquido
<b>Dividas correntes:</b>			
Clientes gerais	2,324,508.40	-	2,324,508.40
Clientes em cobrança duvidosa	127,281.44	(127,281.44)	-
	<b>2,451,789.84</b>	<b>(127,281.44)</b>	<b>2,324,508.40</b>

Clientes gerais: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes dos serviços de transporte prestados no âmbito da atividade da Empresa.

A evolução registada nos períodos apresentados das perdas por imparidade acumuladas de clientes é como segue:

	2015	2014
<b>Em 1 de janeiro</b>	127,281.44	159,266.52
<b>Movimentos do período:</b>		
<b>Efeito na demonstração dos resultados</b>		
Reforços	-	8,943.55
Reversões	(2,670.00)	(40,928.63)
	<b>(2,670.00)</b>	<b>(31,985.08)</b>
<b>Efeito no balanço</b>		
Utilizações	(16,141.50)	-
	<b>(16,141.50)</b>	<b>-</b>
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>108,469.94</b>	<b>127,281.44</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 12 | ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos de impostos a liquidar e a receber decompõem-se como segue:

	2015	2014
<b>Ativos correntes</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
A recuperar	342,771.83	222,247.95
Reembolsos pedidos	285,093.51	391,392.01
Fundo de Compensação	1,246.41	1,284.05
	<b>629,111.75</b>	<b>614,924.01</b>
<b>Passivos correntes</b>		
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	295,179.55	295,149.24
Contribuições para a Segurança Social	695,615.10	700,508.22
Outros impostos	14,200.00	14,500.00
	<b>1,004,994.65</b>	<b>1,010,157.46</b>

## 13 | OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica de outras contas a receber é como segue:

	2015			
	Corrente	Não corrente	Imparidades	Total
<b>Adiantamentos a pessoal</b>				
Pessoal	76,245.39	-	-	76,245.39
<b>Outros devedores</b>				
Indemnizações Compensatórias - Passes multimodais (1)	6,823,167.95	-	-	6,823,167.95
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 e Social+ (2)	174,020.30	-	-	174,020.30
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	644,752.56	-	(589,465.12)	55,287.44
Seguradoras (4)	56,237.24	-	-	56,237.24
Empresas do Grupo (5)	271,934.70	-	-	271,934.70
Outros (6)	1,102,502.66	-	(412,544.69)	689,957.97
	9,072,615.41	-	(1,002,009.81)	8,070,605.60
	<b>9,148,860.80</b>	<b>-</b>	<b>1,002,009.81</b>	<b>8,146,850.99</b>
	2014			
	Corrente	Não corrente	Imparidades	Total
<b>Adiantamentos a pessoal</b>				
Pessoal	153,088.13	-	-	153,088.13
<b>Outros devedores</b>				
Indemnizações Compensatórias - Passes multimodais (1)	4,512,763.52	-	-	4,512,763.52
Compensações Passe 4_18 e Sub_23 e Social+ (2)	133,692.29	-	-	133,692.29
Empresas intervenientes no sistema de passes multimodais (3)	594,888.60	-	(434,090.53)	160,798.07
Seguradoras (4)	66,966.03	-	-	66,966.03
Empresas do Grupo (5)	64,163.31	-	-	64,163.31
Outros (6)	1,261,938.90	-	(426,168.19)	835,770.71
	6,634,412.65	-	(860,258.72)	5,774,153.93
	<b>6,787,500.78</b>	<b>-</b>	<b>860,258.72</b>	<b>5,927,242.06</b>

(1) O saldo da rubrica de Indemnizações compensatórias diz respeito à compensação financeira e repartição das receitas do multimodal a receber do Estado, pela obrigação tarifária imposta pelos preços sociais dos títulos de transporte, referentes aos anos de 2012 a 2015. Apesar de o Governo ter introduzido, em 2013, alterações à metodologia de apuramento das receitas provenientes do multimodal e das compensações financeiras pela prestação do serviço público, à data do Balanço ainda não se encontravam definidas e validadas todas as variáveis para apuramento dos valores finais para aqueles anos. Para efeitos de comparabilidade e transparência das demonstrações financeiras, não estando em causa a continuação do apoio financeiro a receber do Estado pela prestação do serviço público de transporte, foi decidido registar em 2015, tal como efetuado nos exercícios anteriores, a compensação financeira estimada a receber do Estado, determinada com base nas tarifas comerciais estimadas pela Empresa, no número de validações de títulos extraídos do sistema de bilhética sem contato e nos valores já recebidos do Estado.

(2) O valor de 174,020.30 é respeitante à comparticipação a receber do Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT), pelo desconto efectuado no segundo semestre de 2015 nos passes 4\_18 e Sub\_23 para estudantes e Social+, destinados a agregados familiares com rendimentos reduzidos.

(3) Os valores registados na rubrica de Empresas intervenientes no sistema de passes da região de Lisboa referem-se a valores relativos aos encontros de contas a efetuar entre os diversos operadores relativamente às receitas dos passes multimodais e combinados.

(4) O montante de 56,237.24 registado na rubrica de Seguradoras reflete os custos estimados com a reparação de viaturas sinistradas cujos gastos são suportados pelas Companhias de Seguros.

(5) O valor a receber de Empresas do Grupo, no montante de 271,934.70, corresponde a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") (PEC), entregues à Arriva Investimentos, SGPS, por via da aplicação do RGTES (ver Nota 3.12), no montante de 178,743.07, e a facturação emitida à Arriva PLC no valor de 93,191.63.

(6) O saldo da rubrica de Outros devedores inclui fundamentalmente (i) o valor de 311,533 relativo a prestação de serviços de publicidade nos autocarros, o qual de acordo com a NCRF 12 se encontra em imparidade e (ii) valores a receber de agentes no montante de 469,742.41, referentes à venda de passes realizada na última semana de 2015 e disponíveis para uso somente no período seguinte. O rendimento associado aos mesmos foi diferido em balanço em 31 de dezembro de 2015 (ver Nota 14).

A evolução registada nos exercícios das perdas por imparidade acumuladas de Outras contas a receber é como segue:

	2015	2014
<b>Em 1 de janeiro</b>	860,258.72	937,267.11
<b>Movimentos do período:</b>		
Reversão	(3,200.00)	-
Aumento	155,374.59	11,839.76
<b>Por resultados</b>	<u>152,174.59</u>	<u>11,839.76</u>
Utilização	<u>(10,423.50)</u>	<u>(88,848.15)</u>
<b>Por balanço</b>	<u>(10,423.50)</u>	<u>(88,848.15)</u>
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b><u>1,002,009.81</u></b>	<b><u>860,258.72</u></b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 14 | DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa tem registado nas rubricas de "Diferimentos", no ativo e no passivo, os seguintes saldos:

	2015	2014
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Rendas pagas	67,073.88	67,073.88
Seguros pagos	36,200.13	26,493.64
Outros gastos a reconhecer	44,227.60	43,708.69
	<b><u>147,501.61</u></b>	<b><u>137,276.21</u></b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Títulos TST	598,076.09	705,250.17
	<b><u>598,076.09</u></b>	<b><u>705,250.17</u></b>

A natureza dos gastos a reconhecer refere-se a serviços pagos antecipadamente, os quais respeitam a mais do que um período económico.

Os rendimentos a reconhecer dizem respeito a passes sociais vendidos, cuja utilização será efetuada no período seguinte. Parte da receita com a venda de passes sociais vendidos pelos agentes nos últimos dias de dezembro de 2015, no montante de 469.742,41, foi recebida apenas no período seguinte (ver Nota 13).

## 15 | CAPITAL E RESERVAS LEGAIS

### CAPITAL REALIZADO

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.143.962 ações com o valor nominal de 5 euros, cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2015 é como segue:

Entidade	%	Valor
Arriva Transportes da Margem Sul, SA	100%	5,719,810.00
	<b>100%</b>	<b><u>5,719,810.00</u></b>

### RESERVAS LEGAIS

Nos termos da lei, a Empresa deve constituir reservas legais num montante mínimo de 20% do capital. Nos períodos apresentados as reservas legais (1.410.437) já representam mais de um quinto do capital realizado, pelo que a Empresa não está obrigada a efetuar qualquer reforço das mesmas. Estas reservas só poderão ser utilizadas para aumentar capital ou compensar prejuízos.

### PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS

A Assembleia Geral realizada em 22 de outubro de 2012, deliberou que a acionista única efetuasse prestações acessórias, no montante de 6.250.000. Foi ainda decidido que a obrigação de entrega desse montante fosse sanada por compensação com o valor a pagar pela Empresa à acionista, de igual montante, correspondente aos dividendos atribuídos e não pagos àquela data.

## 16 | OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica "Outras variações no capital próprio" refere-se aos movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respeitantes aos subsídios recebidos do Governo e relacionados com ativos fixos tangíveis:

2015					
Subsídio	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período (ver nota 27)	Subsídio por reconhecer
Subsídios relacionados com ativos:					
- Para aquisição de frota	460,000.00	460,000.00	-	20,625.04	41,659.79
- Para aquisição de equipamento de bilhética	2,585,513.76	2,585,513.76	-	323,189.31	1,589,013.72
- Para aquisição de equipamento de informação em tempo real	1,065,570.00	1,065,570.00	-	123,705.67	324,132.76
- Outros	246,582.47	246,582.47	-	-	-
	<b>4,357,666.23</b>	<b>4,357,666.23</b>	-	<b>467,520.02</b>	<b>1,954,806.27</b>
Ajustamentos a subsídios (efeito fiscal futuro) (ver nota 20)					(517,655.41)
					<b>1,383,150.86</b>
Variação do ano					<b>(313,881.49)</b>

2014					
Subsídio	Montante atribuído	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período (ver nota 27)	Subsídio por reconhecer
Subsídios relacionados com ativos:					
- Para aquisição de frota	460,000.00	460,000.00	-	26,583.46	62,284.91
- Para aquisição de equipamento de bilhética	2,585,513.76	2,585,513.76	-	323,189.31	1,912,202.94
- Para aquisição de equipamento de informação em tempo real	1,065,570.00	1,065,570.00	-	122,368.14	447,838.44
- Outros	246,582.47	246,582.47	-	-	-
	<b>4,357,666.23</b>	<b>4,357,666.23</b>	-	<b>472,140.91</b>	<b>2,422,326.29</b>
Ajustamentos a subsídios (efeito fiscal futuro) (ver nota 20)					(725,293.94)
					<b>1,697,032.35</b>
Variação do ano					<b>298,577.04</b>

## 17 | PROVISÕES

A evolução das provisões para os períodos apresentados, é como segue:

	Corrente	Não corrente			
	Indemnizações compensatórias	Franquias	Outras provisões	Total	Total
<b>Em 1 de janeiro de 2014</b>	2,550,000.00	835,763.12	37,000.00	872,763.12	3,422,763.12
<b>Movimentos do período</b>					
<b>Impacto na demonstração dos resultados</b>					
Aumentos	1,200,000.00	174,595.00	70,000.00	244,595.00	1,444,595.00
Reversões	-	(229,000.00)	(17,000.00)	(246,000.00)	(246,000.00)
	1,200,000.00	(54,405.00)	53,000.00	(1,405.00)	1,198,595.00
Utilizações	-	(308,484.88)	-	(308,484.88)	(308,484.88)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>3,750,000.00</b>	<b>472,873.24</b>	<b>90,000.00</b>	<b>562,873.24</b>	<b>4,312,873.24</b>
<b>Em 1 de janeiro de 2015</b>	3,750,000.00	472,873.24	90,000.00	562,873.24	4,312,873.24
<b>Movimentos do período</b>					
<b>Impacto na demonstração dos resultados</b>					
Aumentos	-	236,792.77	66,599.53	303,392.30	303,392.30
Reversões	-	(145,000.00)	-	(145,000.00)	(145,000.00)
	-	91,792.77	66,599.53	158,392.30	158,392.30
Utilizações	-	(125,054.72)	(46,599.53)	(171,654.25)	(171,654.25)
	-	<b>(33,261.95)</b>	<b>20,000.00</b>	<b>(13,261.95)</b>	<b>(13,261.95)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>3,750,000.00</b>	<b>439,611.29</b>	<b>110,000.00</b>	<b>549,611.29</b>	<b>4,299,611.29</b>

Considerando a incerteza existente relativamente aos valores finais a receber pela Empresa, relativamente às indemnizações compensatórias e repartição das receitas do multimodal relacionadas com o serviço público de transporte de passageiros (ver Nota 13), embora considere ter direito à totalidade do valor, a Administração decidiu, numa base de prudência, registar uma provisão no montante de 3.750.000 (2014: 3.750.000), para cobrir parte da compensação estimada a receber referente ao período entre 2012 e 2015.

Dado que se prevê que a metodologia a aplicar e os valores finais a pagar pelo Estado venham a ser clarificados durante o ano de 2016, a provisão foi classificada no passivo corrente e mensurado pelo valor nominal.

## 18 | FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos Financiamentos obtidos no final dos exercícios apresentados, é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Não corrente</b>		
Outros financiamentos		
- empresas do grupo	<u>6,374,200.00</u>	<u>8,647,000.00</u>
	<b><u>6,374,200.00</u></b>	<b><u>8,647,000.00</u></b>
<b>Corrente</b>		
Outros financiamentos		
- empresas do grupo	<u>11,522,800.00</u>	<u>8,522,800.00</u>
	<b><u>11,522,800.00</u></b>	<b><u>8,522,800.00</u></b>

A maturidade dos empréstimos não correntes é a seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Não corrente</b>		
1 a 2 anos	2,272,800.00	2,272,800.00
2 a 3 anos	1,472,800.00	2,272,800.00
3 a 4 anos	1,216,100.00	1,472,800.00
4 a 5 anos	1,130,000.00	1,216,100.00
mais de 5 anos	<u>282,500.00</u>	<u>1,472,800.00</u>
	<b><u>6,374,200.00</u></b>	<b><u>8,647,000.00</u></b>

## 19 | FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as rubricas de Fornecedores apresentavam a seguinte decomposição:

<b>Descrição</b>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores gerais	3,196,125.23	3,339,565.63
Fornecedores grupo (Nota 34)	32,289.52	36,684.62
Fornecedores - faturas em recepção e conferência	<u>57,979.65</u>	<u>54,459.75</u>
	<b><u>3,286,394.40</u></b>	<b><u>3,430,710.00</u></b>



## 20 | OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe das rubricas de Outras contas a pagar é como segue:

		2015		
		Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores investimentos</b>				
Fornecedores gerais	i)	1,104,433.83	-	1,104,433.83
Fornecedores grupo (ver notas 3.3 e 34)		-	2,300,000.00	2,300,000.00
		<u>1,104,433.83</u>	<u>2,300,000.00</u>	<u>3,404,433.83</u>
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>				
Renumeração a pagar	ii)	2,900,715.48	-	2,900,715.48
Outras contas a pagar	iii)	<u>109,954.61</u>	<u>439,831.41</u>	<u>549,786.02</u>
		<u>3,010,670.09</u>	<u>439,831.41</u>	<u>3,450,501.50</u>
Empresas do grupo		<u>77,402.56</u>	-	<u>77,402.56</u>
		<u>77,402.56</u>	-	<u>77,402.56</u>
Credores diversos	iv)	<u>448,117.55</u>	-	<u>448,117.55</u>
<b>Outras contas a pagar</b>		<b><u>4,640,624.03</u></b>	<b><u>2,739,831.41</u></b>	<b><u>7,380,455.44</u></b>
		2014		
		Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores investimentos</b>				
Fornecedores gerais	i)	675,085.01	-	675,085.01
Fornecedores grupo (ver notas 3.3 e 34)		-	2,300,000.00	2,300,000.00
		<u>675,085.01</u>	<u>2,300,000.00</u>	<u>2,975,085.01</u>
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>				
Renumeração a pagar	ii)	2,867,583.14	-	2,867,583.14
Outras contas a pagar	iii)	<u>118,862.64</u>	<u>593,469.94</u>	<u>712,332.58</u>
		<u>2,986,445.78</u>	<u>593,469.94</u>	<u>3,579,915.72</u>
Empresas do grupo		-	-	-
		-	-	-
Credores diversos	iv)	<u>594,594.78</u>	-	<u>594,594.78</u>
<b>Outras contas a pagar</b>		<b><u>4,256,125.57</u></b>	<b><u>2,893,469.94</u></b>	<b><u>7,149,595.51</u></b>

- i) Fornecedores gerais - saldo referente à aquisição de bens e serviços relacionados com ativos fixos tangíveis, nomeadamente viaturas, obras em edifícios e outras construções, instalação de equipamentos e outros ativos.
- ii) Remunerações a pagar - passivo corrente – refere-se a férias, subsídio de férias, prémios e outras remunerações e respetivos encargos sociais que se vencem para pagamento no período seguinte.
- iii) Outras contas a pagar – credores diversos por acréscimos de gastos. O saldo registado no passivo não corrente, no valor de 439.831 (2014: 593.470), corresponde ao ajustamento a subsídios de investimento relacionados com o efeito fiscal futuro.

- iv) Credores diversos – compreende fundamentalmente valores a pagar a empresas intervenientes na venda de passes multimodais e combinados e regularizações de trabalhos relacionados com sinistros de viaturas.

## 21 | RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Conforme referido na Nota 3.13, a Empresa tem a responsabilidade de pagar pensões de reforma a trabalhadores que se encontravam na situação de reforma à data da sua privatização. As responsabilidades e os correspondentes gastos anuais são determinados com base em estudos atuariais realizados por uma entidade especializada, tendo sido utilizados os seguintes pressupostos e metodologia de cálculo:

	2015	2014
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 73/77
Taxa de rendimento do fundo	2.50%	2.50%
Taxa de crescimento das pensões	0.00%	0.00%
Número de pagamentos de rendas	13 vezes ao ano	
Metodologia de cálculo das pensões em pagamento	rendas vitalícias imediatas	
	2015	2014
<b>Obrigações no balanço de pensões</b>	<u>501,788.00</u>	<u>486,704.00</u>
<b>Gastos nas demonstrações dos resultados de pensões (ver nota 26)</b>	<u>87,695.76</u>	<u>14,861.27</u>

O impacto da alteração da tábua de mortalidade nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de 65.660.

## 22 | VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados dos períodos apresentados é detalhado como segue:

	2015	2014
<b>Serviços regulares de transporte de passageiros</b>		
Billhetes	13,412,022.12	13,012,348.14
Passes sociais	21,886,992.58	22,572,023.26
Serviços de aluguer de carros de passageiros	6,184,510.88	6,264,025.66
Outros	<u>180,527.41</u>	<u>186,395.23</u>
	<b><u>41,664,052.99</u></b>	<b><u>42,034,792.29</u></b>

## 23 | SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica compreende fundamentalmente compensações financeiras concedidas pelo Estado, pela prestação de serviço público de transporte de passageiros, no montante de 2.310.404 (2014: 2.396.865) (ver Nota 13).

## 24 | TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Esta rubrica compreende trabalhos efetuados nas oficinas da Empresa relacionados com a preparação de viaturas de transportes de passageiros, adquiridos em estado de uso, com vista à sua utilização na atividade corrente. Em 31 de dezembro de 2015 o montante desta rubrica ascende a 154.484 (2014: 105.002).

## 25 | FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com Fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2015	2014
<b>Subcontratos (i)</b>	16,185.78	13,782.65
<b>Serviços especializados</b>		
Conservação e reparação	2,007,308.67	1,846,865.99
Trabalhos especializados (ii)	619,270.67	643,165.14
Comissões	360,625.55	354,017.43
Vigilância e segurança	208,020.17	219,572.99
Publicidade e propaganda	63,022.34	95,791.69
Honorários	42,510.60	42,139.27
	<u>3,300,758.00</u>	<u>3,201,552.51</u>
<b>Materiais</b>		
Energia e fluidos	240,683.18	273,430.13
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	62,552.28	83,858.29
<b>Serviços diversos</b>		
Rendas e alugueres (iii)	1,093,871.76	1,148,775.43
Portagens	712,906.24	724,109.79
Seguros	505,591.18	460,489.85
Limpeza, higiene e conforto	168,988.19	174,131.33
Comunicação	167,470.27	165,292.44
	<u>2,648,827.64</u>	<u>2,672,798.84</u>
<b>Outros</b>	<u>217,827.08</u>	<u>231,475.72</u>
	<u><b>6,486,833.96</b></u>	<u><b>6,476,898.14</b></u>

(i) Subcontratos: referem-se ao afretamento de autocarros para efetivação de serviços de aluguer.

(ii) Trabalhos especializados: valores pagos pela Empresa por serviços de assistência técnica, auditoria, informática (processamento de dados e desenvolvimento de aplicações), qualidade e comunicação e imagem.

(iii) Rendas: referem-se ao pagamento de rendas das seguintes instalações:

- Centro de Manutenção de Setúbal
- Centro Operacional de Setúbal
- Centro Operacional de Almada

## 26 | GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal incorridos durante os exercícios de 2015 e 2014 foram como segue:

	2015	2014
<b>Remunerações</b>		
Administração	414,593.62	349,124.72
Pessoal	<u>16,944,159.36</u>	<u>16,749,298.54</u>
	<u>17,358,752.98</u>	<u>17,098,423.26</u>
<b>Outros gastos</b>		
Encargos sobre remunerações	3,930,584.28	3,870,751.17
Indemnizações por cessação trabalho	583,000.00	396,228.82
Pensões (ver nota 21)	87,695.76	14,861.27
Gastos de ação social	51,279.29	54,113.56
Outros	<u>221,334.51</u>	<u>237,827.83</u>
	<u>4,873,893.84</u>	<u>4,573,782.65</u>
	<u><b>22,232,646.82</b></u>	<u><b>21,672,205.91</b></u>

O número médio de empregados da Empresa em 2015 foi de 1.004 (2014: 1.062)

## 27 | OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de Outros rendimentos operacionais apresenta-se como segue:

	2015	2014
Rendimentos suplementares	429,616.14	261,322.41
Sinistros com viaturas	382,577.35	262,450.09
Utilização de subsídio ao investimento (ver nota 16)	467,520.02	472,140.91
Ganhos em alienação de ativos tangíveis	46,568.60	73,717.07
Descontos de pronto pagamento	24,060.03	22,602.50
Outros rendimentos	<u>176,394.59</u>	<u>582,852.51</u>
	<u><b>1,526,763.73</b></u>	<u><b>1,675,085.49</b></u>

A variação ocorrida na rubrica de Outros rendimentos face ao período homólogo do ano anterior deve-se, fundamentalmente, facto de, a Empresa ter recebido da Arriva PLC o montante de 352.620, a título de compensação para suporte de acções que conduzissem à retoma da atividade da Empresa.

Os Outros rendimentos em 31 de dezembro de 2015 compreendem, fundamentalmente, os juros de mora relacionados com dívidas de entidades públicas (câmaras municipais), no valor de 105.880.

## 28 | OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de Outros custos operacionais é apresentado como segue:

	2015	2014
Correções relativas a exercícios anteriores	13,249.62	24,874.10
Multas fiscais e não fiscais e penalidades	6,029.40	11,580.96
Perdas em inventários	10,322.60	5,920.55
Sinistros com viaturas	115,532.33	129,295.92
Dívidas incobráveis	10,068.73	1,806.25
Impostos e taxas	82,350.88	85,904.54
Outros gastos	174,612.01	136,551.07
	<b>412,165.57</b>	<b>395,933.39</b>

## 29 | JUROS E GASTOS SIMILARES

Os juros e gastos similares dos exercícios de 2015 e 2014 decompõem-se como segue:

	2015	2014
<b>Juros suportados de</b>		
Financiamentos obtidos de empresas de grupo	335,957.66	399,011.73
Financiamentos bancários	269,28	1,465.03
	<b>336,226.94</b>	<b>400,476.76</b>

A rubrica de Financiamentos obtidos de empresas do Grupo inclui juros pagos e despesas associadas aos financiamentos concedidos pela Deutsche Bahn Mobility, nos montantes de 292.137 e 43.820 (2014: 346.966 e 52.045), respetivamente, ver Nota 3.4.2).

## 30 | IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da Autoridade Tributária durante um período de quatro anos, exceto quando tenham sido registados prejuízos fiscais, concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações fiscais, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos poderão ser alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Ainda de acordo com a legislação em vigor, o prejuízo fiscal apurado no exercício de 2012 poderá ser deduzido a lucros tributáveis apurados até ao quinto ano seguinte, enquanto que os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2014 e 2015 poderão ser deduzidos nos 12 anos subsequentes. A partir de 2014, os prejuízos fiscais reportados, incluindo os gerados em anos anteriores, poderão ser deduzidos, até ao limite máximo de 70% do lucro tributável apurado em cada exercício.

O imposto sobre o rendimento do período, reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 decompõe-se como segue:

	2015	2014
<b>Capital próprio</b>		
Ajustamento a subsídios de investimento (ver nota 16)	(153,638.53)	(173,563.87)
	<b>(153,638.53)</b>	<b>(173,563.87)</b>
<b>Demonstração dos resultados</b>		
Imposto diferido (ver nota 9)	(67,085.56)	(208,736.03)
Ajustamento a subsídios de investimento	-	-
Imposto corrente (ver nota 13)	77,402.56	81,713.09
	<b>10,317.00</b>	<b>(127,022.94)</b>

As taxas de imposto adotadas na determinação do IRC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é conforme segue:

	2015	2014
<b>Taxa nominal de imposto</b>		
IRC	21.00%	23.00%
Derrama sobre o lucro tributável	1.50%	1.50%

Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa apresentava os seguintes prejuízos fiscais passíveis de dedução a lucros tributáveis futuros:

Ano	Valor	Ano limite para a sua dedução
2012	3,167,784.68	2017
2014	804,607.62	2026
2015	508,580.25	2027
	<b>4,480,972.55</b>	

A Empresa reconheceu apenas ativos por impostos diferidos sobre uma parte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados nos exercícios de 2012 (ver Nota 9), por estimar que os restantes prejuízos fiscais não serão passíveis de utilização dentro do prazo máximo permitido para a sua dedução.

A reconciliação do montante de IRC dos períodos apresentados é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado antes de impostos	(363,051.99)	(987,162.73)
Diferenças permanentes	(295,190.12)	(462,241.84)
Diferenças temporárias	149,661.85	735,662.21
Lucro tributável/prejuízo fiscal	<u>(508,580.25)</u>	<u>(804,607.62)</u>
Utilização dos prejuízos fiscais (70% em 2014; 75% em 2013)	-	-
Matéria coletável	<u>(508,580.25)</u>	<u>(804,607.62)</u>
Taxa de imposto	<u>21%</u>	<u>23%</u>
Imposto sobre o rendimento à taxa nominal	-	-
Derrama municipal	-	-
Tributações autónomas	<u>77,402.56</u>	<u>81,713.09</u>
Imposto corrente	<u>77,402.56</u>	<u>81,713.09</u>
Imposto diferido	<u>(67,085.56)</u>	<u>(208,736.03)</u>
Ajustamento ao subsídio de investimento	-	-
<b>Gastos de imposto no período</b>	<b>10,317.00</b>	<b>(127,022.94)</b>

## 31 | COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa tinha as seguintes responsabilidades com rendas vincendas de contratos de aluguer operacional de viaturas, não expressas no balanço:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>	
Viaturas ligeiras	<u>65,136.27</u>	<u>133,903.83</u>	
	<b><u>65,136.27</u></b>	<b><u>133,903.83</u></b>	
<b>Rendas vincendas</b>	<b><u>&lt; 1 ano</u></b>	<b><u>1 - 5 anos</u></b>	<b><u>Total</u></b>
Em 31 de dezembro de 2015 - viaturas ligeiras de passageiros	<b>46,645.96</b>	<b>18,490.31</b>	<b>65,136.27</b>

## 32 | PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa apresenta os seguintes passivos contingentes decorrentes de garantias bancárias prestadas:

### GARANTIAS

<u>Beneficiário</u>	<u>Objeto</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Tribunal do Trabalho de Lisboa	Processo judicial	-	27,561.81
Tribunal do trabalho de Setúbal	Processo judicial	-	11,700.00
Tribunal do trabalho de Almada	Processo judicial	-	30,000.00
Serviços municipalizados do Seixal	Contrato de consumo de água	-	1,643.79
Serviços municipalizados do Seixal	Contrato de consumo de água	-	885.12
Serviços municipalizados de Almada	Contrato de consumo de água	-	1,710.80
EP - Estradas de Portugal	Prestação de serviços de aluguer	805.00	805.00
EP - Estradas de Portugal	Prestação de serviços de aluguer	885.00	885.00
		<b><u>1,690.50</u></b>	<b><u>75,191.60</u></b>

## 33 | MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante os exercícios findos a 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, os quais, contudo, quando incorridos são registados como gastos do exercício. Os gastos incorridos nestes exercícios foram fundamentalmente provenientes da separação e envio para aterro de resíduos resultantes do desenvolvimento da atividade corrente da Empresa.

## 34 | PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa é controlada pela Arriva Transportes da Margem Sul, SA que detém 100% do capital da Empresa. A empresa dominante do Grupo onde a TST está inserida é a Deutsche Bahn AG (ver Nota 1).

### 34.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da TST foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. As remunerações atribuídas à Administração pelo desempenho das suas funções encontram-se evidenciadas na Nota 26.

### 34.2. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

	2015	2014
<b>VENDAS DE BENS, PRODUTOS E SERVIÇOS</b>		
<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>		
<b>Empresas do Grupo Acionista</b>		
Arriva PLC	216,957.20	72,526.00
Arriva Portugal Transportes, Lda.	1,371.63	701.24
Arriva Spain Holding, S.L.	9,774.67	-
Transfera (Portugal) - Transp.		
Ferr. Esp., Lda	10,200.00	10,265.04
Esfera Bus, SLU	11,886.80	3,396.23
DB Internacional GmbH	17,553.59	-
DB Internacional GmbH, Sucursal em Portugal	-	17,146.08
	<b>267,743.89</b>	<b>104,034.59</b>
<b>Associadas</b>		
Otlis, ACE	27,078.00	30,744.00
	<b>27,078.00</b>	<b>30,744.00</b>

	2015	2014
<b>COMPRAS DE BENS DE CONSUMO E ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>		
<b>COMPRA DE BENS E PRODUTOS</b>		
<b>Empresas do Grupo Acionista</b>		
DB Bahn - Regional Bus Stuttgart GmbH RBS	-	94,614.00
DB Bahn - Regionalverkehr Oberbayern GMBH	-	101,549.71
SBG SudbadenBus GmbH	-	39,952.00
	-	<b>236,115.71</b>
<b>Associadas</b>		
Otlis, ACE	211,256.18	190,261.39
	<b>211,256.18</b>	<b>190,261.39</b>
<b>COMPRA DE SERVIÇOS</b>		
<b>Empresas do Grupo Acionista</b>		
Arriva Portugal Transportes, Lda	6,849.70	2,540.79
Arriva PLC	55,930.11	55,139.78
Arriva Noroeste, SL	-	1,540.00
	<b>62,779.81</b>	<b>59,400.57</b>
<b>Associadas</b>		
Rodinorm, SA	88,546.07	41,838.00
	<b>88,546.07</b>	<b>41,838.00</b>
<b>JUROS DE EMPRÉSTIMOS</b>		
<b>Empresas do Grupo Acionista</b>		
DB Mobility Logistics AF	292,137.00	399,011.73
	<b>292,137.00</b>	<b>399,011.73</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2015	2014
<b>SALDOS DEVEDORES</b>		
<b>Empresas do Grupo Acionista</b>		
Arriva Investimentos SGPS, SA	178,692.61	-
DB Mobility Logistics AG	56,731.53	-
Arriva PLC	33,649.72	-
Arriva Portugal Transportes, Lda	103.69	94.85
Esfera Bus, SLU	6,630.00	780.00
Transfera (Portugal) - Transp.		
Ferr. Esp., Lda	1,045.50	1,045.50
DB Internacional GMBH, Sucursal em Portugal	2,810.38	1,060.50
	<b>279,663.43</b>	<b>2,980.85</b>
<b>Associadas</b>		
Otlis, ACE	21,822.50	22,421.09
	<b>21,822.50</b>	<b>22,421.09</b>

	2015	2014
<b>SALDOS CREDORES</b>		
<b>Empresas do Grupo Acionista</b>		
Arriva PLC (ver nota 3.3 e 20)	2,300,000.09	2,355,206.06
DB Mobility Logistics AG (ver nota 18)	17,897,000.00	17,240,486.29
Arriva Investimentos SGPS, SA	77,402.56	-
	<b>20,274,402.65</b>	<b>19,595,692.35</b>
<b>Associadas</b>		
Rodinorm, SA	20,021.59	7,065.12
Otlis, ACE	17,832.45	36,684.62
	<b>37,854.04</b>	<b>43,749.74</b>

### 35 | EVENTOS SUBSEQUENTES RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que pudessem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015

5

# Anexos





## **Certificação Legal das Contas**

### **Introdução**

1 Examinámos as demonstrações financeiras da T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 50.280.034 euros e um total de capital próprio de 15.309.629 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 373.369 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4 Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Reservas**

7 Conforme referido na Nota 13 do Anexo, o saldo de Outras contas a receber em 31 de dezembro de 2015 inclui um valor estimado de 6,823 milhares de euros a receber do Estado, correspondente à quota-parte das receitas de passes multimodais vendidos pelos operadores de transporte rodoviário de passageiros da região metropolitana de Lisboa e à compensação financeira do Estado pela prestação do

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NÚPC 506 628 750, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20261485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

serviço público de transporte no período de 2012 a 2015. Durante este período, a Empresa reconheceu nas suas contas rendimentos acumulados de cerca de 28.700 milhares de euros, tendo recebido aproximadamente 21.877 milhares de euros.

A legislação aplicável e os acordos celebrados entre o Estado e os operadores privados de transportes rodoviários coletivos de passageiros, cobrindo este período, estabelecem que os montantes pagos são estimados, pelo que estão ainda sujeitos a revisão, em razão da validação final dos dados reais do sistema de bilhética sem contacto e da metodologia que venha a ser ratificada para calcular as tarifas comerciais dos diferentes operadores naquele período.

Embora considere recuperável a totalidade do valor estimado a receber do Estado, tal como referido na Nota 17 do Anexo, a Administração decidiu, por prudência, manter registado no passivo corrente, do balanço em 31 de dezembro de 2015, uma provisão de 3.750 milhares de euros para fazer face à diferença que possa resultar entre o valor definitivo que venha a ser pago pelo Estado e aquele valor estimado.

Considerando as incertezas sobre (i) as variáveis metodológicas a considerar no cálculo dos montantes definitivos a atribuir aos operadores privados; e (ii) os critérios usados no estudo da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa (AMTL) para o cálculo das tarifas comerciais dos operadores, os quais foram contestados pela Empresa e pela generalidade dos operadores privados, não estamos em condições de concluir, a esta data, sobre (i) a razoabilidade do valor estimado a receber do Estado e da respetiva provisão registados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, nos montantes de 6.823 milhares de euros e 3.750 milhares de euros (31 de dezembro de 2014: 4.513 milhares de euros e 3.750 milhares de euros), respetivamente; e (ii) o impacto que a clarificação desta matéria possa ter a nível da recuperação dos ativos por impostos diferidos que, em 31 de dezembro de 2015, ascendem a 1.773 milhares de euros (31 de dezembro de 2014: 1.706 milhares de euros).

8 Em 31 de dezembro de 2015, os ativos intangíveis incluem um valor de 13.290 milhares de euros (31 de dezembro de 2014: 13.290 milhares de euros) de "goodwill" resultante da fusão, em 2001, das entidades referidas na Nota 1 do Anexo. A Empresa realiza testes de imparidade, numa base anual, para avaliar o valor recuperável do "goodwill". Contudo, dados os eventuais efeitos na redefinição da estratégia da Empresa e das projeções económicas, financeiras e de investimento a médio prazo, que possam resultar da necessária (i) clarificação quanto à repartição das receitas do multimodal e das compensações financeiras do Estado, mencionada no parágrafo 7 acima, e (ii) remodelação do atual modelo de oferta de títulos de transporte integrados e reformulação da política de transportes públicos para a área metropolitana de Lisboa, não nos é possível concluir, com exatidão, quanto à recuperabilidade do "goodwill" e à necessidade de registo de eventuais perdas por imparidade sobre esse ativo.

### **Opinião**

9 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da T.S.T. – Transportes do Sul do Tejo, SA em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

7



### ***Ênfase***

10 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção de que a Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2014, emitida em 2 de julho de 2015, incluía uma reserva pelo facto de não ter sido possível obter informação suficiente que permitisse aferir com razoável fiabilidade sobre (i) o valor recuperável relativo ao direito de utilização da marca "Arriva" que à data do balanço daquele exercício ascendia a 919 milhares de euros (líquidos de amortização) e (ii) o efeito do desconto da dívida resultante dessa utilização, a qual só será paga no final do contrato, em 2020. O valor líquido do ativo intangível e o potencial efeito do desconto da dívida a pagar deixaram de ser considerados materialmente relevantes no contexto das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, pelo que não se justifica a manutenção da referida reserva.

### ***Relato sobre outros requisitos legais***

11 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

25 de julho de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.



## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da T.S.T. – Transportes Sul do Tejo, SA relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa, evidenciando de forma resumida os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o N.º 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20261485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence a uma entidade que não é membro da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

25 de julho de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.



## Statutory Audit Report

*(Free translation from the original in Portuguese)*

### Introduction

1 We have audited the financial statements of T.S.T. - Transportes Sul do Tejo, SA, comprising the balance sheet as at December 31, 2015 (which shows total assets of Euro 50,280,034 and total shareholder's equity of Euro 15,309,629, including a net loss of Euro 373,369), the statement of income by nature, the statement of changes in equity and the statement of cash flows for the year then ended, and the corresponding notes to the accounts.

### Responsibilities

2 It is the responsibility of the Board of Directors to prepare the Directors' Report and the financial statements which present fairly, in all material respects, the financial position of the Company, the results of its operations, the changes in equity and the cash flows, as well as to adopt appropriate accounting policies and criteria and to maintain an appropriate system of internal control.

3 Our responsibility is to express an independent and professional opinion on these financial statements based on our audit.

### Scope

4 Except as discussed in paragraphs 7 and 8 below, we conducted our audit in accordance with the Standards and Technical Recommendations issued by the Institute of Statutory Auditors which require that we plan and perform the audit to obtain reasonable assurance about whether the financial statements are free from material misstatement. Accordingly, our audit included: (i) verification, on a sample basis, of the evidence supporting the amounts and disclosures in the financial statements and assessing the reasonableness of the estimates, based on the judgments and criteria of the Board of Directors used in the preparation of the financial statements; (ii) assessing the appropriateness of the accounting principles used and their disclosure, as applicable; (iii) assessing the applicability of the going concern basis of accounting; and (iv) assessing the overall presentation of the financial statements.

5 Our audit also covered the verification that the financial information included in the Directors' Report is consistent with the financial statements.

6 We believe that our audit provides a reasonable basis for our opinion.

### Qualifications

7 As referred to in Note 13 of the Notes to the accounts, the balance of Other accounts receivable as at December 31, 2015 includes the estimated amount receivable from the State of Euro 6,823 thousand, related with the sharing of revenues of multimodal passes sold by the operators in Lisbon metropolitan region and the financial compensation granted by the State as a consequence of the public transport service supplied from 2012 to 2015. During this period, the Company recognised

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-306 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NÚPC 506 628 752, Capital Social Euros 324.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CFTM sob o nº 20061485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.



revenues of Euro 28,700 thousand in its accounts, having received approximately Euro 21,877 thousand.

The legislation and agreements signed between the Government and the private operators set down that the amounts paid are estimated and, therefore, are still subject to final assessment, based on the validation of the final data obtained from the contactless ticket system and the methodology used to calculate the commercial fare for the different operators in that period.

Although local management considers to be entitled to the total estimated amount receivable from the State, as referred to in Note 17 of the Notes to the accounts, management decided to maintain the provision of Euro 3,750 thousand in current Liabilities on the balance sheet as at December 31, 2015, in order to cover the difference which may result between the final amount to be paid by the State and the amount estimated.

Considering the uncertainties on (i) the methodological variables to be used to calculate the actual amounts payable to the private operators; (ii) the criteria used in the Competent Authority in the Lisbon Metropolitan Area (AMTL) study, to calculate the commercial fare of the operators, in dispute by the Company and the majority of the private operators, we are not able to conclude, at this date, on (i) the reasonableness of the estimated amount receivable from the State and the related provision stated in the financial statements as at December 31, 2015, amounting to Euro 6,826 thousand and Euro 3,750 thousand (December 31, 2014: Euro 4,513 thousand and Euro 3,750 thousand), respectively; and (ii) the impact that the clarification of this matter may have on the recoverability of the deferred tax assets, which amount to Euro 1,773 thousand at December 31, 2015 (December 31, 2014: Euro 1,706 thousand).

8 The intangible assets as at December 31, 2015 include a goodwill of Euro 13,290 thousand (December 31, 2014: Euros 13,290 thousand) which resulted from the merger, in 2001, of the entities referred to in Note 1 of the Notes to the accounts. The Company performs impairment tests, on an annual basis, to assess the recoverable amount of goodwill. However, given the potential effects on the redefinition of the Company's strategy and on the economic, financial and investment forecasts to be made in the medium term, that might result from the necessary (i) clarification of the situation relating to the sharing of revenues of multimodal passes and the financial compensation receivable from the State, as referred to in paragraph 7 above, and (ii) the change of the current model to supply the multimodal passes as well as the reformulation that Government plans to introduce on the public transport sector, we are not able to conclude, with the necessary degree of accuracy, about the recoverability of goodwill and the recognition of any impairment loss, if any.

### **Opinion**

9 In our opinion, except for the effects of such adjustments, if any, as might have been determined to be necessary, if the scope limitations referred to in paragraphs 7 and 8 above had not existed, the financial statements referred to above present fairly in all material respects, the financial position of T.S.T. - Transportes Sul do Tejo, SA as at December 31, 2015, the results of its operations, the changes in equity and the cash flows for the year then ended, in accordance with generally accepted accounting principles in Portugal.

### **Emphasis**

10 Without qualifying our opinion expressed in previous paragraph, we draw attention of the Statutory Audit Report for 2014, issued on July 2, 2015, included a qualification due to the fact that we did not obtain sufficient information that would enable us to evaluate on the reasonableness of (i) the recoverable amount of the right to use the Trademark "Arriva", amounting to Euro 919 thousand (net of amortisation) at December 31, 2014 and (ii) the effect of discounting to the present value of the amount due by the use of such Trademark, which will only be paid at the end of the Contract, in 2020. The carrying amount of this intangible asset and the potential effect of discounting the amount to the present value at December 31, 2015 are not considered material in the financial statements for the year then ended. As a consequence, this qualification is no longer required.

### **Report on other legal requirements**

11 It is also our opinion that the financial information included in the Directors' Report is consistent with the financial statements for the year.

July 25, 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
represented by:

Original in Portuguese signed by

João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

Statutory Audit Report  
December 31, 2015

T.S.T. - Transportes Sul do Tejo, SA  
PwC 3 of 3



6 Finally, we would like to express our gratitude to the Board of Directors and all those whom we contacted, for their valuable contribution.

July 25, 2016

PricewaterhouseCoopers & Asociados  
- Sucursal de Recursos Humanos de Contas, Ltda.  
represented by:

Juan Rini Fernandez Ramos, R.O.C.

Report and Opinion of the Supervisory Body  
December 31, 2015

TST - Transportes Sul do Tejo, S.A.  
Page 2 of 2



# RELATÓRIO & CONTAS 2015

*ANNUAL REPORT*



**TST - TRANSPORTES SUL DO TEJO S.A.**  
Rua Marcos de Portugal  
Laranjeiro  
2810-260 Amada  
T. 211 126 200  
[www.tsuldotejo.pt](http://www.tsuldotejo.pt)